

SEMANA PEDAGÓGICA 2014

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO
NAS UNIDADES
SÓCIO-EDUCATIVAS
PROEDUSE



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Secretaria da Educação



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO
NAS UNIDADES SÓCIO EDUCATIVAS

PROEDUSE

Educação de Jovens e Adultos

Governo do Estado do Paraná

2005

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO NAS UNIDADES SÓCIO-EDUCATIVAS - PROEDUSE

A Secretaria de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social, por meio do Instituto de Ação Social do Paraná – IASP e a Secretaria de Estado da Educação, por meio do Departamento de Educação de Jovens e Adultos, mantêm uma parceria cujo objetivo pauta-se na garantia de escolarização básica, no nível fundamental e/ou médio, a adolescentes e jovens infratores ou em situação de risco social e pessoal, atendidos nas Unidades Sócio-Educativas mantidas pelo Instituto de Ação Social do Paraná por meio de ações descentralizadas dos Centros Estaduais de Educação Básica para Jovens e Adultos – CEEBJAs semipresenciais.

Com vistas ao atendimento das necessidades específicas desses educandos em privação de liberdade nas Unidades Sócio-Educativas de internação e de internação provisória, e em respeito a esses sujeitos aprendizes, as Secretarias de Estado parceiras entendem que o processo de construção da educação pressupõe o reconhecimento da História como tempo de possibilidade e não de determinismo, de um futuro problemático mas não inexorável, como Paulo Freire dimensiona a prática educativa.

Ainda de acordo com Paulo Freire, é neste sentido que ensinar não é transferir conhecimentos, nem formar é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. (FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*.)

E foi pela prática de ensinar a esses adolescentes e jovens, e aprender socialmente com eles que o Departamento de Educação de Jovens e Adultos e o Instituto de Ação Social do Paraná perceberam ser possível e preciso trabalhar maneiras, caminhos e métodos de ensinar diferenciados, voltados à realidade em que se encontram.

Desenvolver uma prática *educativa*, criativa, não é tarefa simples. O que aqui se entende como *educativa* compreende o compromisso com a qualidade de atendimento e de vida do interno, capaz de transformá-lo num novo jovem, com uma nova visão de mundo, o impulsiona a ser um sujeito de sua própria história.

A prática educativa proposta neste Programa propõe-se a responder aos desafios apresentados para a educação de jovens e adultos: universalização dos direitos de escolaridade aos jovens e adultos; a inclusão da educação de jovens e adultos como modalidade da educação básica; e o estabelecimento de uma pedagogia e correspondente metodologia próprias à modalidade educação de jovens e adultos.

É preciso possibilitar àquele que aprende o processo de construção e reconstrução de sua própria história, conhecendo, analisando e transformando sua realidade, ao mesmo tempo em que se resgata o respeito próprio e coletivo, e a melhoria da auto-estima.

Face legislação vigente referente à Educação de Jovens e Adultos, a Secretaria de Estado da Educação / Departamento de Educação de Jovens e Adultos, em parceria com a Secretaria de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social / Instituto de Ação Social do Paraná, apresenta o Programa de Educação nas Unidades Sócio-Educativas - PROEDUSE, que será desenvolvido por meio dos Centros Estaduais de Educação Básica para Jovens e Adultos – CEEBJAs semipresenciais, e implementado nas Unidades Sócio-Educativas vinculadas ao IASP.

O presente Programa objetiva trabalhar a escolarização *com* os adolescentes e os jovens em conflito com a lei, e não *para* eles. É preciso que desde o início do seu desenvolvimento fique claro que, “embora diferentes entre si, quem forma se forma e re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado”. (FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia.*)

FORMA DE ORGANIZAÇÃO

De acordo com a Constituição Federal de 1988 a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Ainda segundo a Constituição, o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, contrapõe-se historicamente a um passado de contenção, de vigilância, de punições e de exclusão social. A adoção da compreensão presente no ECA, em substituição ao velho modelo da situação irregular, acarretou mudanças de referências e práticas, com reflexos inclusive no trato da questão infracional. No plano legal, essa substituição representou uma opção pela inclusão social do adolescente em conflito com a lei, tratado ao longo da história como mero objeto de intervenção.

Muito embora o ECA tenha significado um avanço no campo legal, sua implementação ainda permanece distante do que determina a Lei. Passados quatorze anos de sua promulgação, convive-se diariamente com violações aos seus dispositivos. Muitas vezes em razão do desconhecimento da Lei e/ou da falta de políticas e aparelhos sociais que forneçam bases para o seu cumprimento, submete-se grande parte dos adolescentes e jovens à uma realidade de negligência e de não garantia de direitos.

As ações no atendimento sócio-educativo devem, obrigatoriamente, ser direcionadas para fins pedagógicos, possibilitando que os adolescentes construam seus projetos de vida distanciados das alternativas ilegais. Desta forma, a finalidade maior do processo educacional deve ser a formação para a cidadania, não esquecendo que o adolescente em cumprimento de medida sócio-educativa e internação provisória encontra-se sob restrições legais.

O atendimento sócio-educativo dos educandos em conflito com a lei deve oferecer condições que favoreçam o protagonismo juvenil, garantam o acesso dos adolescentes às oportunidades de superação de sua situação de exclusão, bem como o acesso à formação de valores para a participação na vida social. Portanto, os adolescentes são os

sujeitos principais de um conjunto de ações preventivas, inclusivas e titulares das políticas sociais e de proteção.

As ações sócio-educativas devem exercer uma influência sobre a vida do adolescente, contribuindo para a construção de sua identidade, de modo a favorecer a elaboração de um projeto de vida, o seu pertencimento social e o respeito às diversidades (cultura, étnica, de gênero e sexual), possibilitando que assuma um papel inclusivo na dinâmica social e comunitária. Para tanto, é vital a criação de práticas que favorece o desenvolvimento da autonomia, da solidariedade e de competências pessoais relacionais, cognitivas e produtivas.

Os programas sócio-educativos devem oferecer e/ou garantir o acesso aos programas públicos e comunitários (de acordo com a modalidade de atendimento sócio-educativo): escolarização formal; atividades desportivas, culturais e de lazer com regularidade e frequência dentro e fora dos programas de execução; atendimento de saúde (médico, odontológico e psicológico) na rede pública, inserção em atividades de iniciação profissional básicas.

Esse Programa tem como objetivo prioritário promover a escolarização em nível fundamental e/ou médio de adolescentes e de jovens que ficaram marginalizados do processo educativo, apoiando-os na busca da cidadania e no seu pleno exercício na sociedade, na própria Unidade Sócio-Educativa onde estão internos. Todas as Unidades funcionam em rede, com articulação dos serviços públicos e integração com a comunidade. Assim, estar-se-á instituindo um processo de humanização e emancipação, e estimulando os adolescentes e jovens em privação de liberdade a provocarem, pela consciência de seus atos, as transformações desejadas.

Essas Unidades Sócio-Educativas oferecem atendimento a adolescentes e jovens em conflito com a lei, por meio de projetos, dentre os quais destacam-se:

- **Internação:** desenvolve ações sócio-educativas para os jovens autores de ato infracional e que se encontram em cumprimento de medida determinada pelos Juizados das Varas da Infância e da Juventude. Esse atendimento é desenvolvido nas Unidades Sócio-Educativas indicadas a seguir, que acolhem jovens infratores em cumprimento de medidas sócio-educativas, com privação de liberdade, na faixa etária de 12 a 18 anos, podendo estender-se até os 21 anos, excepcionalmente, oriundos de todas as localidades do Estado do

Paraná. Essas Unidades Sócio-Educativas têm como objetivo o atendimento nas áreas psico-sócio-pedagógica e psiquiátrica, visando, sobretudo, a integração do adolescente em sua família e na comunidade local.

UNIDADES	CAPACIDADE
Educandário São Francisco	150
Fazenda Rio Grande	20
Foz do Iguaçu	83
Joana Miguel Richa	30
USOIL Londrina	80

- **Internação provisória:** caracteriza-se pelo atendimento aos jovens a quem se atribui autoria de ato infracional, no período máximo de 45 dias. Nesse período é elaborado estudo de caso, a fim de auxiliar a Vara da Infância e da Juventude, na aplicação da medida sócio-educativa ou de proteção ao jovem, e articular os recursos da comunidade para garantir uma intervenção futura que venha de encontro às necessidades nele observadas. Essa internação efetiva-se nas seguintes Unidades Sócio-Educativas:

UNIDADES	CAPACIDADE
CIAADI/SAS Curitiba	81
CIAADI/SAS Londrina	36
CIAADI/SAS Foz do Iguaçu	26
SAS Ponta Grossa	12
SAS Santo Antônio da Platina	20
SAS Umuarama	20
SAS Toledo	16
SAS Cascavel	16
SAS Campo Mourão	20
SAS Paranavaí	16

Ao ingressar em uma dessas formas de atendimento, segundo o IASP, os adolescentes e jovens desenvolvem atividades de profissionalização, de esporte, de lazer, artísticas e culturais, de convivência em grupo, convívio familiar, cuidados de saúde, vivência terapêutica e, inclusive iniciar ou dar continuidade a sua escolarização básica. Como encontram-se em situação de risco pessoal e social, tendo cometido ou não um ato infracional, é essencial implementar um Projeto diferenciado de atendimento específico, direcionado para suas necessidades, garantindo o início e/ou a continuidade, com efetiva aprendizagem, e conclusão de estudos durante e após o período de internação.

É fundamental que esses adolescentes recebam orientação que os leve a refletir, a problematizar, dialogar, argumentar e interagir em diversas situações da vida, inclusive as planejadas e intencionalmente criadas em torno de sua problemática.

A escolaridade deve permitir a avaliação do estágio que o adolescente se encontra; o pleno aproveitamento das atividades de escolarização durante o período de internação e a garantia de continuidade dos estudos quando do desligamento ou progressão de medida.

A prerrogativa é a de que todo adolescente em privação de liberdade que faça parte da instituição e participe das atividades educativas tenha considerada sua experiência anterior e seu conhecimento prévio.

Educar é sempre uma aposta no outro; e apostar nesses jovens em situação de risco pessoal e social, que pelas circunstâncias de seu meio social, de suas vidas, cometeram um ato infracional, implica em:

- procurar ver no jovem não o que o diferencia, mas tudo aquilo que tem em comum com os demais;
- descobrir quem ele é, o que sabe, o que se mostra capaz de fazer;
- não permitir que a visão preconceituosa prevaleça;
- acessar informações;
- trabalhar em grupo;
- impedir que se coloquem as exigências antes da compreensão;

- ser exigente, pois a exigência é sinal de respeito do educador pelo educando, desde que essa exigência seja cabível, subordinada ao crivo da compreensão.

O Departamento de Educação de Jovens e Adultos trabalha a escolarização de jovens e adultos utilizando como metodologia a problematização, ou seja, a caracterização e a reflexão dos desafios para responder aos problemas da prática pedagógica, sendo que a base é o atendimento ao perfil dos educandos; ressalta a educação para adolescentes, jovens e adultos como direito, deslocando a idéia de compensação e substituindo-a pelas de reparação e equidade.

Dos cursos ofertados pelo Departamento de Educação de Jovens e Adultos, o semipresencial atende às especificidades de populações diversas, dentre as quais estão os adolescentes, os jovens, os adultos e os idosos em conflito com a lei, sejam condenados a penas alternativas ou em processo de julgamento ou em cumprimento de medidas sócio-educativas, mantendo convênio com a Secretaria de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social, com a Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania e com o Ministério Público, entre outros parceiros.

Ao trabalhar com esses adolescentes e jovens, cumpre aos professores da Secretaria de Estado da Educação, selecionados para atuar como docentes em Unidades Sócio-Educativas, assim como aos educadores sociais do Instituto de Ação Social do Paraná fazê-lo numa perspectiva solidária pessoal e social, pois o desafio é recuperá-los, por meio de uma formação que leve em consideração os três eixos articuladores: cultura, trabalho e tempo, os quais deverão estar, intrinsecamente, ligados.

Assim sendo, a Secretaria de Estado da Educação e o Instituto de Ação Social do Paraná propõem o Programa de Educação nas Unidades Sócio-Educativas, a ser desenvolvido por meio dos Centros Estaduais de Educação Básica para Jovens e Adultos – CEEBJAs semipresenciais.

HISTÓRICO

Com a promulgação da Lei Federal n.º 9394/96, a Educação de Jovens e Adultos, que anteriormente seguia a proposta curricular do ensino regular, de forma compacta, passa a ser considerada uma modalidade da educação básica nas etapas do ensino fundamental e médio, usufruindo de uma especificidade própria.

Essas mudanças são norteadas, sobretudo, pelos valores apresentados na Conferência Internacional de Hamburgo e no Parecer n.º 011/00, do Conselho Nacional de Educação, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos.

A Resolução CNE/CEB n.º 01/00 define que a Educação de Jovens e Adultos considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio.

Atualmente, o sistema de justiça juvenil apresenta inúmeras dificuldades para implementação das medidas sócio-educativas, pois além de privar os adolescentes em conflito com a lei de sua liberdade, são cerceados também de seus direitos ao respeito, à dignidade, à privacidade, à identidade e à integridade física, psicológica e moral. As revoltas, rebeliões, motins, levantes e os extraordinários índices de reincidência têm sido apenas as conseqüências naturais desse modelo de estrutura e funcionamento.

É necessário ofertar atendimento escolar a educandos com necessidades específicas, em espaços e com metodologia adequados. As ações em parceria potencializam a oferta e a escolarização de jovens e adultos com características e necessidades próprias.

De fato, a Educação de Jovens e Adultos objetiva criar situações de ensino e aprendizagem adequadas às necessidades educacionais de jovens e adultos, realizando suas funções reparadora, equalizadora e permanente, conforme determinado no Parecer 11/00-CEB/CNE. A restauração do direito negado, o direito a uma escola de qualidade e o reconhecimento da igualdade de todo e qualquer cidadão, a possibilidade de reentrada no sistema educacional e da atualização permanente de conhecimentos, norteiam o Programa aqui apresentado.

O processo sócio-educativo nas Unidades é iniciado no momento da apreensão dos adolescentes pela polícia, o que torna a integração dos serviços de atendimento ao adolescente em conflito com a lei de extrema importância.

A internação provisória está prevista no artigo 108 do ECA. Sendo determinada pelo Juiz antes da sentença, pelo prazo máximo de 45 dias. O adolescente só poderá ser encaminhado à Unidade de Internação Provisória quando o ato cometido por ele for considerado de natureza grave com ameaça ou violência à pessoa ou em flagrante delito. Neste período serão instaurados os procedimentos para apuração do ato infracional, sendo ouvidas as testemunhas para subsidiar a sentença judicial, que poderá ou não resultar numa medida sócio-educativa. Na internação provisória, o adolescente será matriculado no CEEBJA – ensino semipresencial da região e dará continuidade a sua escolarização por meio do presente Programa.

Até o presente momento no Educandário São Francisco existe atendimento por meio de um CEEBJA que oferta Ensino Fundamental; e nas demais Unidades Sócio-Educativas foram autorizadas turmas de PAC, como ação descentralizada dos CEEBJAs semipresenciais da comunidade. A partir da aprovação e da implantação do presente Programa, todas as formas de atendimento existentes serão cessadas.

Experiências já realizadas foram importantes, porém, além de necessitarem de adequações à legislação em vigor, não mais respondem aos apelos sociais e educacionais destes jovens, que hoje encontram-se internos em uma instituição, amanhã em outra, e depois junto a suas famílias.

Assim, faz-se necessária a implantação de um Programa com características que atendam às necessidades de escolarização desses adolescentes e jovens no sentido de concluírem com êxito seus estudos, obedecendo aos dispositivos da legislação.

PERFIL DOS EDUCANDOS

O que se observa na sociedade atual, no contexto mundial, são as conseqüências de um materialismo e individualismo exacerbados, de mudanças econômicas e sociais, que culminaram em má distribuição de renda e enormes desigualdades sociais, e de bombardeios constantes na mídia, gerando anseios de consumo. Valores relativamente estáveis, transmitidos pela vida familiar e comunitária, foram transformados, alguns abandonados outros, deixando as pessoas e as novas gerações sem referência. Os jovens brasileiros estão expostos a estes fatores, e dependendo da classe social a que pertencem encontram maior ou menor dificuldade para alcançar espaço enquanto pessoa e cidadão. Sobre os jovens das classes economicamente menos favorecidas, estes fatores podem ter conseqüências mais graves: se por um lado exigem do adolescente maior perseverança e vigor para o acesso aos bens e serviços sociais e ao status de cidadãos, por outro lado podem gerar sentimentos de frustração e impotência.

Desta forma, fica evidente a responsabilidade da sociedade para garantir a este segmento da população um desenvolvimento saudável do ponto de vista bio-psico-social.

Em que pese estar em conflito com a lei, o adolescente é um ser integral, do qual fazem parte os aspectos físicos, emocionais, sociais e espirituais. Uma intervenção sobre sua realidade deve levar em conta suas necessidades em todas as áreas citadas e seus desdobramentos, como a escolaridade, o lazer, a cultura, a formação profissional, entre outras.

Não se pode falar atualmente, que existe um perfil claramente definido deste segmento, pois misturam-se classes sociais, níveis de escolaridade, histórias familiares tendo, inclusive, adolescentes vivendo com pais biológicos, com condições de subsistência garantida, contrariando a teoria de que famílias desestruturadas, compreendidas pelo senso comum, como aquelas sem a presença de um dos pais, originam filhos delinqüentes.

A família representa, para as crianças e os adolescentes, a sociedade mais ampla, e consiste na rede de proteção primeira, através da qual ela apreende os rudimentos da vida social. Ora, se estas famílias, ao longo da história sofrem o reflexo das mudanças globais, muitas delas já não conseguem oferecer esta proteção integral. Estão lutando pela sobrevivência, delegando os filhos aos cuidados de terceiros, passando as funções

de cada membro da família por transformações nem sempre com o devido preparo emocional e social. Por outro lado, a rede de proteção mais ampla, representada pelos serviços de assistência pública, não está devidamente estruturada do ponto de vista de recursos financeiros, humanos e sociais.

Como conseqüências, muitas crianças e adolescentes das classes economicamente menos favorecidas estão se desenvolvendo de forma fragmentada, sem usufruir de um ou mais componentes que caracterizam um desenvolvimento saudável: acesso aos bens sociais, proteção emocional, valores básicos e essenciais à vida, sentimento de pertença, e outros, gerando vulnerabilidades pessoais e sociais, o que acarreta uma relação com outros grupos de risco, tais como os vinculados ao tráfico de drogas e dependentes químicos, grupos estes marcados pela violência.

Com a compreensão de que o adolescente é um ser integral, os programas de atendimento à adolescentes em conflito com a lei, procuram inseri-los na vida comunitária, de forma que eles tenham oportunidade de viver experiências que os coloquem na condição de cidadãos.

Atualmente, consideram-se multifatoriais as razões que levam o adolescente a cometer um ato infracional, não se levando a termo concepções ontológicas da delinqüência juvenil e perspectivas sociológicas do delito; portanto as reflexões acerca do tema adolescente como autor de ato infracional, necessariamente passam pela compreensão da relação entre os jovens e o sistema de justiça.

Michel Foucault, em *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*, esclarece a distinção entre ser infrator e ser delinqüente: “Infrator é todo aquele que infringiu as normas jurídicas estabelecidas, enquanto delinqüente, é aquele que tem um comportamento estruturado em cometimentos reiterados de crimes”. (FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. Ed. Vozes. 2001)

Por esse entendimento, e pela consideração de vários critérios de definição da causa da transgressão da Lei, o tema do adolescente autor de ato infracional está especificamente relacionado com o sistema de justiça. (UNICEF - Fundo das Nações para a Infância. *A Implementação das Medidas Sócio-Educativas*. Documento elaborado no Fórum Nacional Permanente de Organizações não governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescentes. Brasília, 1995).

Afirma Antonio Gomes da Costa, que não “estamos diante de um infrator, que por acaso é um adolescente, mas de um adolescente que por circunstâncias cometeu um ato

infracional”. (COSTA, Antonio Gomes da. *Pedagogia da Presença; da Solidão ao Encontro*. Modus Faciendi, 1997.)

O conceito de ato infracional foi explicitado no artigo 103 do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), que diz considerar o “ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal”.

A Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, representa um marco na questão da infância e da juventude no Brasil, principalmente na mudança de paradigma quanto ao adolescente autor de ato infracional, hoje uma categoria jurídica de sujeito de direitos estabelecidos na Doutrina da Proteção Integral.

A Doutrina em questão se dirige ao conjunto da população infanto-juvenil, respeitando os princípios universais do direito, encontrando-se presente nos instrumentos das Nações Unidas: Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Regras de Beijin, Diretrizes de Riad, Regras Mínimas das Nações Unidas, Convenção 138 da OIT (Organização Internacional de Trabalho), Constituição Federal Brasileira (1988) no seu artigo 227, no Estatuto da Criança e do Adolescente e na LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social.

O Estatuto da Criança e do Adolescente trouxe uma completa transformação no panorama legal, operando-se uma mudança de referenciais e paradigmas na ação da Política Nacional com reflexos em todas as áreas, especialmente no plano do trato da questão infracional.

Considera-se o adolescente como pessoa em desenvolvimento, sujeito de direitos e destinatários de proteção integral, e para efeitos da lei, encontra-se o adolescente na faixa etária 12 e 18 anos de idade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente possui diferentes mecanismos de responsabilização de jovens de 12 a 18 anos, estando previsto em caso de infração, várias medidas sócio-educativas: advertência, reparação do dano, prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação. Alguns aspectos devem distinguir as medidas sócio-educativas, sendo aplicadas de acordo com as características da infração, da disponibilidade de programas, circunstâncias sócio-familiares, histórico do adolescente, visando, acima de tudo, oportunizar a superação de sua condição de exclusão social.

CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA

O Programa de Educação nas Unidades Sócio-Educativas consiste na oferta do Ensino Fundamental e/ou Médio. Destina-se a atender jovens que se encontram sob risco pessoal e social, atendidos pelo IASP, nas Unidades Sócio-Educativas.

Este Programa é uma ação descentralizada, implementada pelos CEEBJAs semipresenciais, com matrícula por disciplina, porém obedecendo calendário especial, conforme as necessidades de cada Unidade Sócio-Educativa onde será implantado. Tendo em vista que os adolescentes permanecem nas Unidades Sócio-Educativas em regime de privação de liberdade, o calendário não prevê férias escolares.

O adolescente poderá matricular-se por disciplina (uma disciplina por vez), até que sejam contempladas todas as disciplinas das matrizes curriculares específicas dos níveis de escolarização. O professor de cada disciplina, com suprimento em demanda especial no CEEBJA, ficará com sua turma de acordo com os dias letivos de efetivo trabalho escolar, tendo a oportunidade de desenvolver um trabalho de produção e reconstrução do conhecimento de maneira contínua e crítica.

Os conteúdos, a avaliação, bem como os respectivos encaminhamentos metodológicos são os apresentados na proposta pedagógica dos CEEBJAs semipresenciais.

A educação nas Unidades Sócio-Educativas ocorre em momentos presenciais (coletivos), com carga horária pré-fixada para frequência escolar e em estudo acompanhado, de forma combinada. Os adolescentes receberão encaminhamentos que atendam a ambos os momentos que compõem a sua forma de estudo. Os finais de semana e períodos de contenção serão acompanhados pelos educadores sociais, com atividades elaboradas pelos docentes. Esses estudos têm como uma das finalidades a auto-aprendizagem, considerando a importância de co-responsabilidade dos adolescentes no processo educativo.

Os adolescentes serão matriculados por disciplina, até que sejam contempladas todas as disciplinas das matrizes curriculares específicas.

Os momentos de estudo serão acompanhados pelos educadores sociais e poderão ser organizados nos finais de semana, por meio de atividades complementares.

As disciplinas serão ofertadas num sistema de rodízio, obedecendo a uma seqüência pré-estabelecida, respeitando as necessidades de cada turma e de cada Unidade Sócio-Educativa.

A presença será obrigatória nos momentos presenciais, obedecendo a freqüência mínima de 75%, com horário e calendário adequados às necessidades das Unidades Sócio-Educativas, respeitada a legislação em vigência.

Da totalidade dos conteúdos que integram cada disciplina, o Programa deverá garantir um mínimo de 70% nos momentos presenciais, devendo, para os demais conteúdos, ter encaminhamentos com estudo acompanhado.

Todas as disciplinas serão desenvolvidas por meio da combinação de momentos presenciais e de estudo acompanhado.

Estudo Acompanhado

São os momentos de estudo que complementam a aprendizagem. Nestes, os adolescentes serão acompanhados pelos educadores sociais da Unidade Sócio-Educativa, utilizando-se da relação educador-educando.

Esses momentos não substituirão os momentos presenciais com os professores da rede estadual, mas abrirão outras possibilidades de aprendizagem.

Algumas das atividades ligadas aos conteúdos que poderão ser acompanhados pelos educadores sociais são pesquisas orientadas, resumos, sínteses, leitura de obras literárias, revistas e jornais, resolução de atividades das apostilas, vídeo (filmes, documentários), interpretações textuais, produções textuais, e atividades diversas.

Ensino Fundamental – Fase I

Prevê a continuidade de estudos, ou seja, o investimento não se restringe apenas à alfabetização, mas à oferta da educação básica para os adolescentes em privação de liberdade.

A mediação pedagógica ocorrerá de maneira interdisciplinar, não havendo nenhuma separação entre alfabetização e outras possibilidades de intermediação, que possam constituir barreiras ao desenvolvimento do educando, que será matriculado ao mesmo tempo em todas as disciplinas que correspondem à 1.^a a 4.^a séries do Ensino

Fundamental, em conformidade com a matriz curricular dos CEEBJAs de ensino semipresencial.

Ensino Fundamental – Fase II

A oferta do Ensino Fundamental terá como referência as Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos no Estado do Paraná, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, o Currículo Básico do Estado do Paraná, que considera os conteúdos escolares como meios para que os alunos se apropriem do conhecimento historicamente produzido pelo homem, permitindo-lhes produzir bens culturais, sociais, econômicos e deles usufruírem.

O presente Programa propõe matrícula em conformidade com a matriz curricular dos CEEBJAs de ensino semipresencial, com momentos presenciais e momentos de estudo acompanhado.

Ensino Médio

A oferta do Ensino Médio terá como referência os princípios, fundamentos e procedimentos propostos nas Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos no Estado do Paraná, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e no Currículo Básico do Estado do Paraná, identificando-se os eixos cultura, trabalho e tempo como os que articularão toda ação pedagógico-curricular.

O presente Programa propõe matrícula em conformidade com a matriz curricular dos CEEBJAs de ensino semipresencial, com momentos presenciais e momentos de estudo acompanhado.

Educação Especial

Os alunos com necessidades educacionais especiais serão atendidos pelo Programa dentro da perspectiva da inclusão.

Frequência

A frequência mínima é de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária prevista para os momentos presenciais, de cada disciplina dos níveis do Ensino Fundamental e Médio na Educação de Jovens e Adultos.

Materiais Didáticos Impressos

Serão adotados os mesmos materiais utilizados nos CEEBJAs de ensino semipresencial.

Além destes materiais impressos, os professores que atuarão no Programa enriquecerão suas aulas com textos e/ou outros materiais que levem os adolescentes à reflexão, que ofereçam pistas de instituições e/ou equipamentos sociais existentes para apoio e orientação, que estimulem a participação em movimentos sociais e comunitários, que ofereçam oportunidade para desdobramentos das reflexões sobre diversos temas relacionados a sua problemática de vida. Esse enriquecimento das aulas será baseado em temas como a família e suas relações sociais, justiça e cidadania, saúde, as relações de trabalho entre outros.

INDICAÇÃO DA ÁREA OU FASE DE ESTUDOS

O presente Programa é uma ação descentralizada dos Centros Estaduais de Educação Básica para Jovens e Adultos, ligados à Rede Estadual de Jovens e Adultos, ofertando Ensino Fundamental e/ou Médio aos adolescentes em conflito que se encontram inseridos nas Unidades Sócio-Educativas vinculadas ao Instituto de Ação Social do Paraná.

Organização pedagógica

Calendário escolar

O calendário escolar é diferenciado do calendário dos CEEBJAs semipresenciais, pois os educandos estão em privação de liberdade, sem direito a feriados ou a período de férias. Esses educandos precisam de atividades educativas e socializadoras durante o período em que ficam nas Unidades Sócio-Educativas para resgatar um desenvolvimento saudável do ponto de vista bio-psico-social.

Matrícula

Para matrícula neste Programa será respeitada a idade para ingresso na Educação de Jovens e Adultos, que estará de acordo com a normatização do Conselho Estadual de Educação.

Quando da matrícula inicial, os alunos serão submetidos a uma avaliação diagnóstica, aplicada pelo CEEBJA, respeitando o vínculo autorizado pela SEED, conforme apresentado à página 25, a fim de classificá-los de acordo com o nível de escolarização.

A matrícula poderá ser efetivada a qualquer época do ano.

Para ingresso na Fase II do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, será exigida dos alunos a comprovação da escolaridade anterior.

Como as Unidades Sócio-Educativas abrigam adolescentes com idade entre 12 e 18 anos, e como todos necessitam, por força da lei, dar continuidade ao processo de

escolarização, o presente Programa propõe que aqueles que apresentarem idade inferior à permitida para matrícula na Educação de Jovens e Adultos, sejam matriculados no Ensino Fundamental ou Médio, em escola regular localizada próxima à Unidade Sócio-Educativa, com acompanhamento de docente ou de professor-pedagogo, dessa escola.

Poderão ser aproveitadas séries, fases, ciclos, períodos, etapas, disciplinas, áreas do conhecimento e outras formas de organização permitidas em lei, desde que concluídas com êxito, conforme legislação vigente.

Os alunos que participarão desse Programa serão matriculados no CEEBJA semipresencial ao qual a Unidade Sócio-Educativa estiver vinculada, conforme quadro a seguir:

UNIDADES SÓCIO-EDUCATIVAS	VÍNCULO EDUCATIVO
Educandário São Francisco	CEEBJA Ulisses Guimarães
Fazenda Rio Grande	CEEBJA Fazenda Rio Grande
Foz do Iguaçu	CEEBJA Prof. Orides Balotin Guerra
Joana Miguel Richa	CEEBJA Dr. Mário Faraco
USOIL Londrina	CEEBJA Manoel Machado
CIAADI/SAS Curitiba	CEEBJA Dr. Mário Faraco
CIAADI/SAS Londrina	CEEBJA Manoel Machado
CIAADI/SAS Foz do Iguaçu	CEEBJA Prof. Orides Balotin Guerra
SAS Ponta Grossa	CEEBJA Paschoal Salles Rosa
SAS Santo Antônio da Platina	CEEBJA Prof. ^a Geni Sampaio Lemos
SAS Umuarama	CEEBJA Umuarama
SAS Toledo	CEEBJA Toledo
SAS Cascavel	CEEBJA Prof. ^a Joaquina Mattos Branco
SAS Campo Mourão	CEEBJA Campo Mourão
SAS Paranavaí	CEEBJA Paranavaí
SAS Pato Branco	CEEBJA Pato Branco

Observação: Na medida em que sejam implantadas as novas unidades, as mesmas também serão atendidas pela proposta do Proeduse.

Horário

O horário de oferta do Programa seguirá as normas e possibilidades definidas pelas Unidades Sócio-Educativas, que informarão ao respectivo NRE.

Preferencialmente os alunos deverão receber atividades diárias do Programa. Além desta oferta, as oficinas poderão ser ministradas no período noturno e nos finais de semana.

Avaliação, Classificação e Promoção

O processo de avaliação, classificação e promoção será de acordo com a proposta de avaliação dos CEEBJAs semipresenciais, seguindo as orientações contidas no artigo 24 da LDBEN n.º 9394/96. É um processo contínuo, descritivo, compreensivo, que possibilita analisar e oportunizar uma atitude crítico-reflexiva frente à realidade concreta.

A avaliação, respeitando o ritmo dos alunos, utilizará técnicas e instrumentos diversificados, sendo vedada a avaliação em que os alunos sejam submetidos a uma única oportunidade de aferição.

A recuperação de estudos será ofertada concomitantemente às avaliações, por meio de diversos instrumentos avaliativos.

O aproveitamento de estudos, a classificação e a reclassificação serão utilizadas segundo normas do Conselho Estadual de Educação, desde que previamente regimentados pelos CEEBJAs semipresenciais aos quais as Unidades Sócio-Educativas estejam vinculadas.

O rendimento mínimo, exigido para fins de promoção ou certificação deverá corresponder a aprendizagem mínima de 60% (sessenta por cento) dos conteúdos trabalhadas no decorrer do processo de ensino e aprendizagem, expresso pela nota 6,0 (seis vírgula zero) de acordo com a legislação vigente.

RECURSOS HUMANOS

Coordenadores

Esse profissional, suprido em demanda especial do CEEBJA semipresencial ao qual a Unidade Sócio-Educativa está vinculada, deve desenvolver atividades de apoio

pedagógico, que permitam diagnosticar a situação de ensino e aprendizagem, a fim de implementar ações de intervenção, que assegurem a melhoria desse processo.

O Coordenador deverá ser um professor-pedagogo, que atenda a Resolução Conjunta SEED/SEJU/SETP n.º 02/2004, inscrevendo-se para assumir essa função.

Suas atribuições serão:

- organizar o plano escolar, tendo como base as Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais para a Educação de Jovens e Adultos;
- realizar reuniões periódicas de estudo, que promovam o intercâmbio de experiências pedagógicas e avaliação do desempenho do processo de ensino e aprendizagem;
- organizar e divulgar os materiais pedagógicos existentes que auxiliem os professores na seleção ou produção de outros materiais de apoio;
- planejar e participar, junto com os docentes, de cursos oferecidos pela mantenedora, pelo IASP e/ou outras alternativas;
- organizar, junto com a direção da Unidade Sócio-Educativa, a matrícula, o aproveitamento de estudos, as transferências e os demais procedimentos legais, dos adolescentes em privação de liberdade, inclusive encaminhando sua documentação escolar ao CEEBJA semipresencial cujo vínculo tenha sido autorizado;
- realizar a avaliação diagnóstica dos alunos;
- organizar a distribuição de turmas, juntamente com a direção da Unidade Oficial;
- elaborar o plano de ação pedagógica, junto com os professores;
- participar ou coordenar reuniões com a direção da Unidade Sócio-Educativa, para discussão de prioridades do ensino nas Unidades, tendo como diagnóstico as necessidades dos educandos a serem atendidos.

Docentes

Esses profissionais serão supridos em demanda especial no CEEBJA ao qual a Unidade Sócio-Educativa está vinculada. Deverão estar compromissados com a mudança social, buscando garantir a formação dos adolescentes em conflito com a lei. Pensar na formação do jovem em situação de risco pessoal ou social requer um educador que

proponha ações de intervenção, e que acompanhem e avaliem sistematicamente o trabalho a ser desenvolvido.

Docentes das atividades de escolarização

Os Docentes devem ser do quadro próprio do magistério, atendendo ao contido na Resolução Conjunta SEED/SEJU/SETP n.º 02/2004.

Cabe aos docentes:

- definir e desenvolver seu plano de ensino, conforme orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais da Educação de Jovens e Adultos e da proposta pedagógica do CEEBJA semipresencial;
- estimular e motivar o educando, levando-o a acreditar em sua capacidade de organizar as atividades;
- organizar os conteúdos a serem abordados;
- estabelecer um processo de avaliação, tendo como princípio o acompanhamento contínuo da aprendizagem;
- analisar sistematicamente o resultado da aprendizagem do educando;
- implementar projetos de recuperação de conteúdos para assegurar a aprendizagem a todos os discentes;
- conhecer o perfil de seus educandos;
- promover, junto aos adolescentes em conflito com a lei, a confiança na sua capacidade de aprendizagem, a fim de melhorar as condições de inserção social e profissional;
- participar de capacitação oferecida pela mantenedora, pelo IASP e/ou outras alternativas.

Docentes das atividades de complementação curricular (contraturno)

Os docentes destas atividades terão provimento nas unidades sócio-educativas, a partir das demandas apresentadas pelo IASP, a partir da avaliação realizada pelas unidades, e nas possibilidades de atendimento da Secretaria de Estado da Educação.

O ingresso dos docentes para desenvolver as atividades complementares dar-se-á por meio de teste seletivo a ser organizado pela SEED, de acordo com a legislação vigente, e divulgados por edital público.

Apoio administrativo

O funcionário que trabalhará como apoio administrativo deve ser, do quadro geral do Estado e deve atender ao contido na Resolução Conjunta SEED/SEJU/SETP n.º 02/2004.

Esse profissional trabalhará com os registros escolares dos alunos que passarem pelas Unidades Sócio-Educativas, expedindo e assinando a documentação escolar. Deverá manter contato direto com a secretária do CEEBJA ao qual a Unidade Sócio-Educativa estiver vinculada.

Suas tarefas abrangerão:

- conhecer a legislação que rege o registro de documentação de alunos: matrícula e todos os registros sobre o processo escolar em pastas individualizadas, expedindo toda a documentação (declarações, certificados, transferências, relatórios, estatísticas e outros) sempre que necessário;
- utilizar somente as matrizes para registros autorizadas pelo órgão competente;
- participar de reuniões, encontros e/ou cursos sempre que convocado e por iniciativa própria com o intuito de aprimoramento profissional;
- auxiliar em todas as atividades desenvolvidas pela escola.

A carga horária para suprimento dos recursos humanos, distribuída por Unidades Sócio-Educativas efetivar-se-á conforme tabela a seguir:

UNIDADES	PROGRAMA	CAPACIDADE	N.º DE SALAS	DOR COORDENA	APOIO ADMINISTRATIVO	EDUCAÇÃO BÁSICA	ATIVIDADES COMPLEMENTARES	
Educandário São Francisco	internação	150	10	80h	20h	120h	300h	
Fazenda Rio Grande		20	2	20h	20h	40h	60h	
Foz do Iguaçu		83	4	20h	20h	120h	240h	
Joana Miguel Richa		30	3	20h	20h	120h	120h	
USOIL Londrina		80	4	40h	40h	120h	240h	
CIAADI/SAS Curitiba	internação provisória	81	3	20h	20h	120h	240h	
CIAADI/SAS Londrina		36	3	20h	20h	120h	120h	
CIAADI/SAS Foz do Iguaçu		26	2	20h	20h	80h	120h	
SAS Ponta Grossa		12	2	20h	20h	80h	60h	
SAS Santo Antônio do Platina		20	2	20h	20h	80h	60h	
SAS Umuarama		20	2	20h	20h	80h	60h	
SAS Toledo		16	2	20h	20h	80h	60h	
SAS Cascavel		16	2	20h	20h	80h	60h	
SAS Campo Mourão		20	2	20h	20h	80h	60h	
SAS Paranaíba		16	2	20h	20h	80h	60h	
SAS Pato Branco		18	2	20h	20h	80h	60h	
TOTAL			644	47	320h	320h	1490h	1920h

• PLANO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO PROGRAMA

O Plano de Avaliação Institucional do Programa será realizado durante o ano escolar, sendo analisados o sistema de orientação docente, a infra-estrutura material da Unidade Sócio-Educativa, a metodologia, a atuação da equipe pedagógica/administrativa, os resultados do Programa ofertado, enfim, toda ação em todas as Unidades Sócio-Educativas.

Os resultados serão analisados pela Secretaria de Estado da Educação e pelo Instituto de Ação Social do Paraná.

MATRIZ CURRICULAR

- Da escolaridade básica

A Matriz Curricular do Ensino Fundamental e do Ensino Médio utilizada no Programa de Educação nas Unidades Sócio-Educativas é a soma das atividades de escolarização com propostas de complementação curricular. A escolarização se dá com a mesma proposta dos CEEBJAs semipresenciais, uma vez que os adolescentes em conflito com a lei estarão matriculados nesses estabelecimentos de ensino, próximos das Unidades Sócio-Educativas onde estão privados de liberdade. As propostas de complementação curricular ocorrerão em tempo e turno diverso das atividades escolares, a serem estabelecidas em cada uma das unidades.

Antônio Carlos Gomes da Costa, renomado autor e consultor sobre o atendimento ao adolescente em risco social e pessoal, define a preparação social do jovem como a natureza essencial da ação educativa. E, sob a égide desta orientação, a presente Proposta, a ser implantada em todas as Unidades Sócio-Educativas, contempla a escolarização formal, as atividades artístico-culturais, a abordagem social e psicológica de cada caso, as práticas esportivas e todas as demais atividades dirigidas ao educando como práticas subordinadas a um propósito superior e comum – o desenvolvimento do

potencial do adolescente para ser e conviver, isto é, prepará-lo para relacionar-se consigo mesmo e com os outros, sem quebrar as normas de convívio social tipificadas na Lei Penal como crime ou contravenção.

O Programa de Educação nas Unidades Sócio-Educativas propõe contemplar, integradas aos conteúdos das demais disciplinas da Matriz Curricular dos Centros Estaduais de Educação Básica para Jovens e Adultos – CEEBJAs semipresenciais, uma carga horária totalmente presencial, trabalhada em complementação à educação formal, para as disciplinas de Educação Artística, de Educação Física, de Matemática, de Ciência e de Literatura, na perspectiva de um trabalho essencialmente (re)socializador, de forma a ocuparem, integralmente e de maneira salutar e de acordo com as preferências, aptidões e necessidades inerentes ao processo de desenvolvimento dos educandos-adolescentes. Esta complementação do trabalho pedagógico articulada à educação formal, pode conferir melhores resultados para a auto-estima e demais desempenhos do adolescente em conflito com a lei em todas as atividades a ele propostas na escolarização e pela própria Unidade Sócio-Educativa.

O princípio da inclusão é o eixo fundamental que norteia a concepção e a ação pedagógica dessas disciplinas e pode se constituir um ambiente de aprendizagem significativa, que faça sentido para o aluno, no qual ele tenha a possibilidade de fazer escolhas, trocar informações, estabelecer questões e constituir hipóteses na tentativa de respondê-las.

PROPOSTA DE COMPLEMENTAÇÃO CURRICULAR

- 1. Atividades Complementares de Educação Física**
- 2. Atividades Complementares de Literatura**
- 3. Atividades Complementares de Matemática**
- 4. Atividades Complementares de Ciências**
- 5. Atividades Complementares de Educação Artística**
- 6. Atividades Complementares de Língua Estrangeira Moderna**

1. ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Os educandos em privação de liberdade nas Unidades Sócio-Educativas necessitam de atividades capazes de os ajudar a incorporar as regras sociais. Estas atividades fazem parte das aulas de Educação Física.

Para que estas atividades possam acontecer, é necessário que as Unidades tenham espaços adequados para a prática de atividades físicas, proporcionado assim ao educando adquirir, no período em que permaneça na instituição, o hábito da prática sadia das atividades esportivas e recreativas. Dando ênfase também às manifestações artísticas e culturais como forma de expressão e construção da identidade.

A cultura de uma sociedade marca os corpos de maneiras diferentes. A compreensão corporal e intelectual do movimento humano faz com que ações expressivas ou funcionais sejam transformadoras. O próprio corpo é considerado através de suas manifestações, não sendo apenas parte do educando, mas sim o próprio educando. O educando em privação de liberdade não poder estar sendo privado de movimentar seu corpo, mas expressar através dele as suas manifestações.

A ação educativa deve respeitar as histórias de vida e os gostos dos adolescentes e ser capaz de favorecer mudanças significativas em suas vidas . Para isto, é preciso que seja respeitada sua individualidade, sua dignidade e criadas oportunidades para o desenvolvimento de atitudes que favoreçam sua realização pessoal e busque formas de promover sua reinserção no convívio social.

Através dos jogos, do esporte, da dança e da luta, o educando poderá estar desenvolvendo propostas de desafios, compreensão de regras, normas de convivência social, fundamentos básicos dos esportes, análise crítica e criação de novas regras.

O COLETIVO DE AUTORES destaca a importância de expressão corporal do movimento:

É, portanto através da expressão corporal enquanto linguagem que será mediado o processo de socialização das crianças e jovens na busca da apreensão, e atuação autônoma e crítica da realidade, através do conhecimento sistematizado, ampliado, aprofundado, especificamente no âmbito da cultura corporal.

O educando poderá, através dos movimentos corporais, ter uma tomada de consciência e domínio de seu corpo e, a partir daí, contribuir para o desenvolvimento de suas possibilidades de aprendizagem, favorecendo o desenvolvimento físico e mental, além de proporcionar momentos de integração e descontração, tentando englobar todos os aspectos: cognitivo, afetivo, motor e socializador.

É pela prática da atividade física que o educando enfrentará desafios colocados em situações de jogos e competições, respeitando as regras e adotando uma postura cooperativa e participativa.

Entendemos que todas as atividades desenvolvidas no ambiente escolar devem obrigatoriamente ter um cunho pedagógico, para que levem sempre ao crescimento humano, ao aprendizado e à prática de valores sociais como ética, moral e respeito às diversidades, do contrário se tornam práticas vazias que se perdem em si mesmas.

A Educação Física, em particular, tem a facilidade de poder contar com a motivação e simpatia que a grande maioria dos educandos sente por essa disciplina e, justamente por conta dessa motivação, devem ser oferecidas atividades que se diferenciem da prática esportiva pura e simples, mostrando aos educandos o universo de propostas que a Educação Física pode oferecer. Para tanto, o professor deve voltar seu olhar para o educando levando em consideração sua história, o contexto social de onde esse educando se origina, para que possa entender o mundo que o cerca, propondo, então, atividades que auxiliem no desenvolvimento de suas manifestações corporais.

OBJETIVOS

- Propor práticas corporais que visem ao entendimento de valores sociais como ética, moral e respeito às diversidades, tendo como princípio básico a formação humana;
- Articular os conteúdos com as quatro diretrizes que sustentam a organização e o tratamento dos mesmos, auxiliando, assim, no desenvolvimento da totalidade das manifestações corporais;
- Propiciar ao educando a vivência de práticas a partir das múltiplas dimensões corporais como as biológicas, sociais, culturais, econômicas e políticas na construção da sua identidade corporal.

EMENTA

A proposta de se oferecer Educação Física em atividades complementares deve também estar pautada nos quatros eixos norteadores das Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental – Educação Física, sendo: desenvolvimento corporal e construção da saúde; potencial de expressividade do corpo; relação do corpo com o mundo do trabalho e o corpo que brinca.

Esses eixos (ou diretrizes) devem servir de apoio ao professor no planejamento e organização do trabalho pedagógico, levando em consideração a relevância dos conteúdos a serem trabalhados.

CONTEÚDOS

a) O corpo como construção histórico-social: dimensões biológica, histórica, cultural e social do corpo: possibilidades de manifestação corporal;

- saúde/doença: elementos básicos;
- o corpo e sua manifestação sexual: a sexualidade como possibilidade de prazer e sofrimento;
- o corpo diferente: gênero, etnia, classe social, pobreza, etc.;
- limpo/sujo, feio/bonito, forte/fraco, magro/gordo, saudável/doente, livre/aprisionado: o corpo excluído;
- o corpo e seus adereços: moda, roupa e outros signos corporais.

b) Conhecimento do corpo:

- auto-conhecimento corporal, somatização das emoções: dor, ódio, prazer, medo, etc.;
- interação corporal: reconhecimento dos limites e possibilidades da corporalidade do outro;
- relaxamento e descontração.

c) Manifestações esportivas:

- origem dos diferentes esportes e sua mudança na história;
- o sentido da competição esportiva;
- possibilidades dos esportes como atividade corporal;
- práticas esportivas: esportes com e sem materiais e equipamentos.

d) Manifestações ginásticas:

- origem da ginástica e sua mudança no tempo;
- diferentes tipos de ginástica;
- cultura da rua, cultura do circo: malabares, acrobacia, etc.

e) Jogos, brincadeiras e brinquedos:

- a construção coletiva dos jogos e brincadeiras;
- por que brincamos?
- Oficina de construção de brinquedos;
- Brinquedos cantados, rodas e cirandas.

f) Manifestações estéticas-corporais na dança e no teatro:

- a dança e o teatro como possibilidades de manifestação corporal;
- diferentes tipos de dança;
- por que dançamos?;
- Danças tradicionais e folclóricas;
- Mímica, imitação e representação.

ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

As Atividades Complementares de Educação Física deverão ser encaminhadas através de oficinas de cunho pedagógico que permitam ao educando vivenciar experiências diferenciadas daquelas propostas para o rendimento e performance com movimentos mecânicos e repetitivos.

Nesse sentido, deve-se voltar o olhar para o educando, sua história, seu contexto social e para o entendimento do mundo que a cerca. Sendo assim, o trabalho desenvolvido nas oficinas não poderá caracterizar treinamento desportivo, mas uma educação voltada para a formação humana.

2. Atividades Complementares de Literatura

A leitura, na perspectiva interacionista, pressupõe a participação ativa do leitor na constituição dos sentidos lingüísticos. A participação se dá pela seleção dos significados a partir da experiência vivida que corresponde a um conjunto de valores convencionados,

chamado cultura. É nesse sentido, que a formação escolar do leitor passa pelo crivo da cultura, ou seja, é na escola que se aprende a estabelecer a relação entre o texto e a realidade representada, por isso é importante estabelecer critérios para selecionar os textos propostos para os educandos.

A enunciação, mesmo produzida sem a presença de um destinatário, é, de fato, marcada pela interatividade, pois supõe sempre a presença de um interlocutor, ou seja, ela é a manifestação do pensamento de um locutor dirigido para um “destinatário” ou interlocutor. É nesse sentido, que o discurso não existe senão contextualizado, pois ele só terá sentido numa determinada situação envolvendo os co-enunciadores, o “eu” e o “outro”. Nessa interação, o sujeito do discurso sempre estará assumindo uma posição sobre o tema em questão, visto que para interpretar qualquer discurso é preciso fazer relação com muitos outros enunciados, ou seja, propõe-se o interdiscurso que significa relacioná-lo ao conjunto ilimitado dos demais discursos.

Existem diversas formas de conceber a leitura, porém quando se propõe um trabalho a partir da perspectiva social, segundo Silva (1991, p.49), ela deve ser entendida como elemento para superar a alienação e a ignorância, ou seja, o ato de ler constitui um instrumento de luta contra a dominação.

Se os textos escritos são privilegiados por nossa sociedade e necessários para a própria constituição da identidade, sobrevivência e atualização dos conhecimentos, a formação de leitores se coloca também como uma responsabilidade do Estado. Além de ser um direito, “ler” numa perspectiva crítica é condição para uma educação libertadora¹, bem como representa uma ação cultural e que deve ser implementada no ambiente educativo.

O papel do educador é decisivo nesse processo, uma vez que a busca pela literatura precisa nascer de uma atitude consciente, da disposição de enfrentar o desafio que o texto oferece como alternativa existencial e, por isso mesmo, depende muito da forma como a leitura será abordada, visto que ela poderá ser acatada ou refutada pelo leitor.

O primeiro passo para a formação do leitor constitui na oferta de oportunidades para o contato com os textos, de modo que venham preencher as suas necessidades, que levantem questões significativas e ainda, que a linguagem, o ambiente e os caracteres dos personagens apresentem familiaridade com o educando, pois isso gera

¹ FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*: saberes necessários à prática educativa. 30.ed.São Paulo: Paz e Terra, 2004.

predisposição para a leitura e, posteriormente, para o ato de ler. Segundo Lajolo (1993, p.15), “ou o texto dá um sentido ao mundo, ou ele não tem sentido nenhum”.

A partir desse entendimento, é preciso considerar alguns fatores. Conforme Aguiar (1979), a idade, a escolaridade e o sexo entre outros elementos, determinam o interesse por algumas temáticas ou tipos de leitura. No caso dos fatores biológicos como o sexo, os fatores culturais determinam as diferenças de comportamento entre os sexos, inclusive em relação à atitude de leitura. Para Aguiar (1987, p.21), de modo geral, “os homens escolhem temas mais arrojados (aventuras, viagens, ficção científica), enquanto as mulheres se voltam para as histórias de amor, romances, vida familiar, crianças”.

Sobre as escolhas de leitura, Bordini e Aguiar (1987) acrescentam que entre os 14 ou 17 anos, os adolescentes ou jovens deveriam estar na fase de maturidade literária, descobrindo o mundo interior e dos valores. Momento esse, em que o jovem parte da hierarquização dos conceitos para a organização de seu próprio universo. Nesse caso, aventuras de conteúdo intelectual, romances históricos e biográficos, histórias de amor, literatura engajada e temas relacionados com os interesses nacionais vão ajudá-lo a orientar-se a estruturar-se como adulto. Por outro lado, essas mesmas autoras afirmam que o nível sócio-econômico também é um indicativo para as escolhas das temáticas propostas para leitura e apontam que os ingredientes mágicos fazem sucesso entre os estudantes menos favorecidos e que a busca pela literatura engajada é mais procurada pelos privilegiados.

O ato de ler é, segundo Aguiar (1987, p.26) duplamente gratificante. No contato com o conhecido fornece a possibilidade do educando encontrar-se no texto. Na experiência com o desconhecido, sugere a descoberta de modos alternativos de ser e de viver, o que proporciona uma tensão agradável e efetiva de leitura.

Nessa perspectiva, propõe-se que o trabalho com a leitura, não atenda apenas as expectativas do educador, mas principalmente, as expectativas do educando. Afinal, é sabido que ao ler o educando busca a satisfação de uma necessidade de caráter informativo ou recreativo, como no caso da literatura, e que esse trabalho passa a ser significativo quando atende aos anseios e amplia o conhecimento dos educandos. Desse modo, para ser significativo, o trabalho com a leitura deve partir de temas que sejam do interesse do educando, num espaço em que ele possa se posicionar com simpatia ou antipatia, diante do ‘já-dito’, que é o texto lido, seja um fragmento de texto, uma charge, um filme, um romance, uma reportagem, etc.

Esse jogo de antecipações compreende desde a leitura de imagens quando elas acompanham o texto escrito, as informações que acompanham o texto, o título para discutir as possibilidades do conteúdo do texto que será lido, procurando extrair do conhecimento social ou escolar do educando para identificar o que ele sabe sobre aquele assunto, até a leitura alfabética do texto apresentado para, então se fazer, a identificação de informações explícitas, implícitas e de intertextualidade.

Oferecer condições ao educando de ampliar seu universo cultural, passa pela questão de ter ou não acesso à diversidade de material de leitura: diferentes temáticas e gêneros literários, autores de diferentes épocas e contextos históricos, dentre outras possibilidades. Desenvolver a postura crítica do leitor contribui para elaborar juízos de valor e desenvolve a percepção de conteúdos estéticos, colocando-o de forma crítica também diante dos problemas sociais, bem como implica na construção de uma identidade social e individual.

A proposta de leitura na perspectiva cultural, parte do princípio de que os textos, apresentados ao educando, contemple as preferências e necessidades dos educandos, num trabalho dinâmico que vai do próximo para o distante e suas relações, no tempo e no espaço. E, gradativamente, vão se propondo novas leituras, menos conhecidas, de autores contemporâneos e/ou do passado, que introduzam inovações quanto à temática, a complexidade da linguagem e de estrutura da obra literária.

Se ler também é imergir no universo do imaginário, pode-se dizer que o leitor atinge seu estágio mais alto nos níveis de leitura quando, além de compreender, interpretar, criticar, ele consegue estabelecer a relação do texto apresentado a outros textos (intertextualidade) e outras linguagens (corporal, cênica, plástica, musical entre outras).

Acredita-se que esses procedimentos rompem com a acomodação e exigem do leitor uma postura de aceitação ou recusa, fundada na reflexão crítica, o que promove a expansão de suas vivências culturais e existenciais. Nesse sentido, a literatura pode suscitar prazer, porque tem seu fim em si mesma e funciona como um jogo da linguagem, das idéias, das formas, sem estar subordinada a um objetivo prático, inclusive e principalmente no que se refere à avaliação. É importante destacar que esse trabalho com a literatura não pode estar desvinculado da leitura de outros gêneros que falam sobre a mesma temática, pois se o objetivo do ensino da língua é que o educando tome uma posição, manifestada na forma oral ou escrita, faz-se necessário que os diferentes estilos

(científico, literário, técnico, oficial, ideológico e cotidiano) estejam, constantemente, em confronto para, dessa forma, propiciar uma formação crítica do leitor.

ORALIDADE

- Características da linguagem: variante lingüística e adequação da linguagem tendo em vista o interlocutor e o contexto da produção.
- Entonação, ritmo e fluência.

ESCRITA

- estudo do gênero discursivo a ser produzido na sala de aula
- adequação da linguagem em função do texto a ser produzido
- contexto em que circula o gênero textual
- portador
- destinatário / interlocutor
- função do gênero
- temática a ser abordada: o que já conhece sobre o assunto
- objetivo da produção
- coesão e coerência
- clareza na exposição das idéias
- adequação da linguagem
- acentuação
- ortografia
- concordância verbal e nominal
- pontuação
- paragrafação
- legibilidade
- margem
- título
- maiúsculas e minúsculas

LEITURA

- contação de histórias

- leitura e comparação de clássicos infantil com filmes
- histórias que a família conta – memórias
- recorte de notícias, reportagens (interpretação e crítica)
- leitura de textos de jornais – editoriais, classificados, resenhas...- textos poéticos, literários, informativos, dissertativos

3- REESTRUTURAÇÃO DE TEXTO

A produção dos alunos, resultante do trabalho de sistematização através da leitura e análise de diferentes textos sobre um assunto, deve ser retomada pelo professor, no processo de reestruturação. Isso pode acontecer de diversas formas:

- o texto escrito pode: ser trocado entre os alunos para que façam a revisão;
- o texto pode ser reproduzido em xerox (transparência, no quadro) para uma reescrita coletiva- todos propõem alterações, visando melhorar o texto;
- o texto pode ser reestruturado individualmente (professor e aluno);
- o texto pode ser partilhado, depois de revisado, reescrito, para que todos o leiam: troca de texto entre as salas, publicação no jornal da escola, do bairro, expor no varal de textos, no mural, organizar Livro de textos da turma, etc.
- parceria com regente (troca de textos).

a. HISTÓRIA EM QUADRINHO

O quadrinho é a junção do código verbal e visual. Seduz adolescentes, não por ser uma leitura “para crianças”, mas por ter um caráter incentivador do hábito da leitura, do desenvolvimento da imaginação.

A leitura dos quadrinhos desperta o interesse para leitura e também para áreas correlacionadas. É necessária a criação de gibitecas ou espaços reservados para a leitura de quadrinhos, entendendo o processo de criação.

Para que isso ocorra é necessário uma visão abrangente do universo das Histórias em Quadrinhos (visão histórica, simbologias, ideologias, gêneros e técnicas), despertando o interesse e respeito desta forma artística.

Proposta:

- Exposição dos assuntos:
 - O que é História em Quadrinhos.
 - O que compõe uma história em quadrinhos (desenho, planos, ...).
 - Tipos de formatos de quadrinhos (divisão continental, econômica e estética).

- Quadrinhos e preconceito.
- Tipos de gêneros de quadrinhos (quadrinho infantil, adulto, europeu, manga...).
- História da história em quadrinho no Brasil .
- Criando um Gibiteca na escola, idéias para arrecadar gibis.
- Promovendo leitura de quadrinhos.
- Promovendo a produção de quadrinhos entre os alunos.
- Promovendo leitura crítica dos quadrinhos (a função do herói, o vilão...).
- Exercícios práticos de desenho sobre a produção de quadrinhos.
- Criação de personagem.
- Função e exercícios de narrativa seqüencial.

b. JORNAL

Levar o jornal para a sala de aula significa trazer a informação do dia-a-dia, para dentro da escola, propiciando a interação do educando com os temas da atualidade. O jornal é um recurso moderno, atualizado, traduzindo todo tipo de informação, inclusive as científicas. Tudo isso numa linguagem acessível a qualquer tipo de público. Propicia integração de assuntos, de interesses de pessoas, possibilitando o desenvolvimento de atividades diversificadas, levando o aluno a conhecer posições diferentes diante de um fato relatado através da notícia ou reportagem jornalística, a tomar posições, transformando sua visão de mundo.

Objetivos

- perceber criticamente a realidade
- aquisição de novos conhecimentos
- relacionar o seu conhecimento de mundo com o que é relacionado nas notícias

O jornal é um dos meios de comunicação. Através dele, as notícias são impressas e transmitidas para os leitores.

Uma notícia jornalística tem duas partes: manchete e texto.

As manchetes são escritas nos jornais com letras maiores e têm como objetivo atrair a atenção do leitor e resumir a notícia.

No texto da notícia observamos os seguintes elementos:

- quem? – pessoas
- o quê? – fato

- onde? – lugar
- por quê? – causa
- quando? – tempo

Notícia: relato de fatos ou acontecimentos atuais, de interesse e importância para a comunidade, capaz de ser compreendido pelo público.

Reportagem: é uma notícia mais detalhada. O assunto é tratado com maior profundidade. Geralmente aparece dividida em blocos cada um deles com um subtítulo. Numa reportagem o jornalista emite sua opinião e faz interpretação dos fatos.

Proposta

Estabelecer comparação do jornal com o livro:

- dimensão
- qualidade do papel
- numeração das páginas
- espaços em branco no livro e no jornal
- apresentação do texto
- títulos e nome de autores
- variedade de caracteres tipográficos - cores, fotos, desenhos
- assuntos tratados
- primeira página do jornal
- valor atribuído ao jornal e ao livro.

Analisar as partes do jornal

- primeira página (cabeçalho, manchetes)
- cadernos (cotidiano, economia, esporte, literatura, etc)
- produção de um jornal - na escola
- com notícias da comunidade escolar
- com textos reestruturados em sala
- com poesias dos alunos
- recados do professor

c. LITERATURA INFANTO-JUVENIL

Literatura e produção de textos

A Literatura enquanto estética tem a capacidade de transcender não só o tempo em que foi escrita, mas a própria historicidade, pois se faz presente na vida de pessoas,

de países e séculos distantes e tem a capacidade de fazer com que verdades relativizadas atinjam um valor universal, descortinando tanto para o adulto como para a criança um mundo que se mantém vivo desde o surgimento do homem e principalmente, desde o momento em que ele descobriu ser possível refazer o mundo através da linguagem.

O prazer pela leitura pode ser alcançado, desde que se dê oportunidade para o aluno vivenciar intensamente e contemplar, de forma crítica, através de diferentes gêneros textuais, (principalmente, neste caso, o literário), as condições e possibilidades da existência humana.

A Literatura deve ocupar um espaço privilegiado onde a experiência vivida e a contemplação crítica coincidam num conhecimento singular, cujo critério não é exatamente a verdade e sim a validade de uma interpretação profunda da realidade tomada.

A Literatura Infanto-juvenil deve estar na escola, objetivando que todos tomem a leitura como forma de enriquecimento e não de obrigação, porém isto exige um grau elevado de consciência, atenção e participação tanto do educando, como do educador.

A história de cada um como leitor é que deve determinar o uso e a função que se atribui ao texto literário na prática pedagógica, visto que, a mediação do professor é fundamental para a aquisição de mais esse conhecimento sobre o mundo, onde o prazer também deve ser aprendido.

Ressalta-se o papel não só da Literatura Infantil-juvenil mas da Literatura, pois, para entender-se esta, há de se conhecer aquela. Sugere-se novos estudos e novas reflexões sobre literatura, que se bem trabalhada em sala de aula, nas séries do Ensino Fundamental pode constituir-se em um recurso vinculado ao prazer e a iniciativa própria ao longo da existência. O contato constante do aluno com a literatura amplia a visão de mundo, seu posicionamento neste mundo, enriquece o vocabulário, além de abrir caminhos para outros tipos de expressão humana como o desenho, pintura, modelagem, dramatização, música, poesia entre outros. O mais importante, porém, neste “despertar” para a leitura é a consciência de que escrevemos para alguém ler (não para ganhar nota ou preencher linhas), é entender que ler é estabelecer um diálogo com o autor e que o leitor (um desconhecido) que interage via linguagem com o autor. É necessário que toda a produção de texto seja valorizada e que todos tenham oportunidade de veicular o que escrevem através de jornais, textos mimeografados, elaboração de livros de histórias onde a criança será o autor, ilustrador, editor. Todo esse material circulando na própria

sala, entre outras turmas ou em murais, tornando-se a produção de textos uma atividade estimuladora e significativa.

Sendo assim, o professor deve proporcionar, melhor dizendo, deve ter o compromisso de favorecer espaços de leitura.

Abre-se a possibilidade para o trabalho com produção de textos, juntamente com outras áreas do conhecimento através da plástica, do teatro, da história em quadrinhos, da modelagem.

- trabalho com barro: em equipes, cada qual com um livro diferente. Os educandos lêem e escolhem uma cena representando-a com a modelagem do barro - cenário, personagens, entre outros. Escrever outra história usando esse cenário. Reproduzir no mimeógrafo.
- em círculo: o educando escreve uma palavra em um papel. O professor recolhe e redistribui as palavras. Alguém começa a contar uma história com a palavra que recebeu. O aluno seguinte continua introduzindo a sua palavra na história e assim sucessivamente.
- criação de final de histórias: ler um trecho de uma história e pedir que cada equipe (ou cada educando) crie um desfecho para ela. Depois da leitura de cada equipe, a leitura da história original e discussão, comparando os diversos finais encontrados pelas equipes e pelo autor.
- histórias em quadrinhos: ler uma história e representá-la em quadrinhos. Escrever o texto;
- criação de personagens: cada educando pensa em um personagem: como é, o que faz, onde vive, do que gosta. Cada um descreve seu personagem inventando uma história onde se incluam todos os personagens da equipe - montar histórias em quadrinhos, formar livrinhos;
- montagem de textos: usar livros constituídos apenas de gravuras. Os alunos criam a história. Ler e comparar as diferentes interpretações;
- histórias tradicionais: ler histórias tradicionais onde aparecem fadas, castelos, dragões, bruxas. Reescrever transportando para a época atual;
- personagens de histórias em quadrinhos: fornecer fichas com o nome de personagens. Escrever histórias com estes personagens e depois contar, ler, fazer um livro, dramatizar;

- título: dar título de um livro desconhecido. Em equipes, discutir e escrever uma história a partir do que o título sugere. Leitura das equipes e posteriormente da história original;
- textos livres: produções narrando “causos”, histórias inventadas, notícias, acontecimentos ouvidos, vistos entre outros, formando livros, jornais, coletâneas de textos escritos.
- histórias tradicionais (ou não): “Misturar” personagens de duas histórias conhecidas ou não e formar uma terceira história;
- histórias sem texto - apresentar histórias onde a mensagem verbal aparece coberta com papel. O aluno criará um novo texto a partir da ilustração. Ex.: O equilibrista (Fernanda Lopes de Almeida), Ida e Volta (Juarez Machado).

Teatralização de textos literários

1. Escolha do texto

- o autor e a obra
- por que tal texto tem a preferência, tanto para representar, quanto para ser representado.

2. Aspectos teatrais.

- Coreografia
 - a dicção
 - o gesto
 - a dança
 - a expressão do rosto, a máscara, a maquiagem
 - o conjunto de atores, a harmonia
- cenografia
 - construção do espaço
 - o ambiente: elementos de sugestão
 - objetos
 - mobiliário
 - harmonia dos elementos: a atmosfera
- sonoplastia
 - a música
 - o ruído

- o som e o silêncio
- iluminação
- a luz natural e a artificial
- luz e cor
- indumentária
- guarda-roupa
- adereços
- cobrir e desnudar
- apontar
- o melhor ator
- a melhor atriz
- o melhor conjunto em cena
- o melhor espetáculo
- a maior surpresa
- avaliação em grupo sobre cada apresentação
- avaliação individual sobre o próprio grupo, a função de cada membro do grupo, como desenvolveu, houve compromisso e responsabilidade (item a ser desenvolvido na forma discursiva)

3. Atividades Complementares de Matemática

As primeiras manifestações matemáticas surgiram da necessidade do homem primitivo, de quantificar, contar e realizar trocas. De fato, ao longo do processo de desenvolvimento histórico, esse conhecimento foi sendo desenvolvido a partir das necessidades de sobrevivência, fazendo com que os homens, gradativamente, elaborassem códigos de representações, sejam de quantidades ou dos objetos por eles manipulados.

A humanidade, em seu processo de transformação, foi produzindo os conceitos, leis e aplicações matemáticas que compõem a matemática como ciência universal², um bem cultural da humanidade. Sendo organizada por meio de signos, a matemática torna-se uma linguagem e instrumento importante para resolução e compreensão dos

² Ciência universal entendida aqui como a matemática sistematizada em registros escritos, utilizada e ensinada nas escolas. Contudo, é também necessário considerar a existência de outras “matemáticas”, denominadas de “etnomatemáticas”.

problemas e necessidades sociais dentro de cada contexto. Esses conhecimentos são considerados como instrumentos de compreensão e intervenção para a transformação da sociedade: nas relações de trabalho, na política, na economia, nas relações sociais e culturais.

Através do conhecimento matemático o homem quantifica, geometriza, mede e organiza informações. Assim sendo, é impossível não reconhecer o valor educativo desta ciência como indispensável para resolução e compreensão de diversas situações do cotidiano (e para além dele), desde uma simples compra de supermercado até o mais complexo projeto de desenvolvimento econômico.

A educação matemática entendida desse modo terá como meta a incorporação do conhecimento matemático, objetivando que o educando seja capaz de superar o senso comum. Assim, a alfabetização matemática³, como processo educativo, tem como função desenvolver a consciência crítica, provocando alterações de concepções e atitudes, permitindo a interpretação do mundo e a compreensão das relações sociais.

Há necessidade de que o professor se preocupe em discutir/trabalhar com os seus educandos o valor científico da matemática, fazendo a relação entre a teoria (abstrata, plena de conceitos e definições) e a prática (concreta, plena de atividades explicativas do cotidiano). Para isso, cabe ao professor buscar diferentes metodologias para embasar o seu fazer pedagógico, desenvolvendo nos seus educandos conceitos fundamentais e conhecimentos matemáticos que lhes proporcionem uma melhor compreensão da sua realidade e da realidade do outro.

Sobre isso, VYGOTSKY (1989, p. 74)⁴ afirma que “a mente se defronta com problemas diferentes quando assimila os conceitos na escola e quando é entregue aos seus próprios recursos. Quando transmitimos ao educando um conhecimento sistemático, ensinamos-lhe muitas coisas que ele não pode ver ou vivenciar diretamente”.

O homem faz uso da matemática, independente do conhecimento escolar, nas mais diversas atividades humanas, isto é, utiliza-se da matemática não sistematizada. Nem sempre esta “matemática” permite solucionar e compreender todos os problemas, sendo, em muitas situações, necessários conhecimentos sistematizados. Junto com as outras áreas do conhecimento, esta ciência, ajuda a humanidade a pensar sobre a vida, revendo a história para compreender o presente e pensar o futuro. “Os anos escolares são, no todo, o período ótimo para o aprendizado de operações que exigem consciência e

³ O Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional – INAF, considera como indicador de *habilidade matemática* a capacidade de mobilização de conhecimentos associados à quantificação, à ordenação, à orientação e as suas relações, operações e representações na realização de tarefas ou na resolução de situações-problema, tendo sempre como referência tarefas e situações com as quais a maior parte da população brasileira se depara cotidianamente. (FONSECA, 2004, p. 13)

⁴ obra publicada pela primeira vez em 1934, em Moscou.

controle deliberado; o aprendizado dessas operações favorece enormemente o desenvolvimento das funções psicológicas superiores enquanto ainda estão em fase de amadurecimento.” (VYGOTSKY, 1989, p. 90)

O conhecimento matemático, quando significativo para o aluno contribui para o desenvolvimento do senso crítico, na medida que proporciona as condições necessárias para uma análise mais apurada das informações da realidade que o cerca, e na medida em que esse conhecimento se inter-relaciona com as demais áreas do conhecimento. Como escreveram NUNES e BRYANT (1997, p. 32):

“realmente precisamos de muito mais para trabalhar em muitos contextos que se tornaram parte da vida cotidiana. (...). Provavelmente precisamos pensar algebricamente a fim de usar determinados tipos de software de computador. Podemos precisar pensar em termos de funções para entender determinados gráficos, forma amplamente usada na exibição de dados. A fim de comparar a eficiência de diferentes tratamentos, sejam eles médicos ou agrícolas, precisamos pensar em termos estatísticos.”

Por viver numa sociedade de extremos, na qual, por um lado há um crescimento tecnológico em velocidade crescente e por outro, precariedades, cabe à Matemática, enquanto construção humana, contribuir na aproximação dessas realidades para que as diferenças sejam minimizadas. A Matemática é fundamental, também, na medida em que auxilia na utilização das tecnologias existentes, possibilitando o acesso a espaços profissionais, no que se refere à criação e ao uso dessas tecnologias.

Educar pela matemática significa pensar para quem essa educação está sendo destinada ou seja, que homens estamos formando? Significa, ainda, pensar o que é necessário elencar de importante para a formação desse homem e com qual finalidade.

JUSTIFICATIVA

Segundo consta no Currículo Básico⁵ para a Escola Pública do Estado do Paraná lançado em 1990, “... aprender matemática é muito mais do que manejar fórmulas, saber fazer contas ou marcar X na resposta correta: é interpretar, criar significados, construir seus próprios instrumentos para resolver problemas, estar preparado para perceber estes mesmos problemas, desenvolver o raciocínio lógico, a capacidade de conceber, projetar e transcender o imediatamente sensível”. (PARANÁ, 1992, p. 66)

⁵ Daqui por diante quando o texto citar *Currículo Básico* estará se referindo ao Currículo Básico para a Escola Pública do Estado do Paraná.

Segundo BICUDO (1991, p.40), a matemática deve ter como objetivo transmitir seu patrimônio cultural adquirido através da história às novas gerações. Ao refletirmos sobre essas características da Matemática, percebemos que é possível desenvolver atitudes e hábitos de pensamento que pode possibilitar uma maior compreensão do cotidiano. Quando nos referimos, por exemplo, à abstração matemática, poderíamos produzir situações em que não apenas ocorre o processo de abstração, mas situações através das quais podemos aprender de forma prática e real. Esta forma de ensino constitui uma razão indiscutível para aprender matemática. E o mesmo é válido para as outras características apresentadas anteriormente.

EMENTA

Ao organizar os conteúdos de matemática a ser ensinado por eixos (números, operações, medidas, geometria e tratamento da informação) é importante entender as especificidades de cada eixo.

CONTEÚDOS

Para adotar uma linha de ação que contemple não apenas os conteúdos apresentados nos livros de matemática, mas também os conhecimentos trazidos pelo educando, o professor deverá promover um ensino contextualizado para a formação dos conceitos, a fim de possibilitar ao educando o entendimento da matemática como instrumento para compreender e solucionar os problemas do cotidiano. Assim, a proposta de atividades complementares é bastante apropriada para cumprir esta indicação. Nesse processo, a matemática será compreendida como elemento capaz de ajudar a solucionar os problemas apresentados pela sociedade.

O professor, em sua prática, poderá fazer uso de recursos metodológicos variados tais como: modelagem matemática, etnomatemática⁶, resolução de problemas, jogos, recursos tecnológicos, história da matemática e desenvolvimento de projetos⁷ que aproximem a teoria e a prática, para que o educando possa associar o conhecimento matemático aos diversos contextos sociais históricos e culturais.

⁶ A partir de conhecimentos étnicos (cultura Afro-brasileira e Africana, indígena, dos pescadores, dos camponeses, dos quilombolas, dos ciganos e outras) pode-se chegar ao conhecimento institucionalizado.

⁷ Projetos aqui entendidos como situações investigativas desenvolvidas pelos próprios professores dentro das disciplinas escolares.

Os conteúdos, trabalhados de forma não-linear⁸, proporcionam ao educando a possibilidade de desenvolver a capacidade de observar, pensar, estabelecer relações, analisar, interpretar, estimar, justificar, argumentar, verificar, generalizar, concluir e abstrair. Dessa forma, serão estimuladas no educando a intuição, a analogia e as formas de raciocínio indutivo e dedutivo.

Os eixos não devem ser trabalhados de maneira isolada, pois é na inter-relação entre os conteúdos de cada eixo e entre os eixos que as idéias matemáticas e o vocabulário matemático ganham significado. Historicamente, o fazer matemático nas várias sociedades esteve e está permeado pela necessidade de solucionar problemas que se referem a esses eixos. Da mesma forma, é possível identificar a presença e a inter-relação entre esses eixos, no modo como os matemáticos têm organizado a Ciência Matemática.

PROPOSTA DE OFICINAS

1 – Quebra-Cabeças

Nesta oficina os participantes terão a oportunidade de construir e montar quebra-cabeças de recortar e de dobrar, dar continuidade à construção de padrões geométricos, criar silhuetas com as peças dos quebra-cabeças e criar novos padrões geométricos.

Ao trabalhar com quebra-cabeças há muitas idéias e conceitos matemáticos envolvidos como organização, desenho, ordem, lógica, ângulos, simetria, lados, congruência, diagonais, pontos médios, relações espaciais e criatividade.

Situamos os tangrams como exemplos desse tipo de quebra-cabeças.

2 – Construção De Pipas (Papagaios / Pandorgas)

As pipas são brinquedos conhecidos dos adolescentes. A idéia desta oficina é aproveitar o potencial oferecido pela construção das pipas no que se refere ao ensino/aprendizagem de geometria.

O ato de construir pipas, objetiva que o adolescente exercite a criatividade, a técnica de construir estruturas simétricas e desenvolva conceitos matemáticos que estão presentes nessa atividade. O estudo da geometria torna-se atraente e significativo quando feito por meio da construção de pipas. Essa atividade ajuda o educando a desenvolver as idéias conceituais da geometria.

⁸ Abordagem de conteúdos de forma não-linear aqui entendida como aquela que possibilita a flexibilização do programa atendendo às necessidades de aprendizagem do aluno.

3 – Montagem de Mosaicos

Nesta oficina os participantes terão a oportunidade de montar mosaicos e caleidoscópios a partir de peças prontas.

Mosaico é uma pavimentação ou recobrimento de superfícies com ladrilhos, pedras, tacos de madeira ou outros revestimentos.

Um caleidoscópio é um pequeno instrumento cilíndrico, em cujo fundo há pequenos fragmentos móveis de material transparente colorido, que ao refletirem-se sobre um jogo de espelhos angulares dispostos longitudinalmente produzem um número infinito de combinações de imagens de cores e formatos variados.

Um caleidoscópio forma uma imagem que pode ser lida como um mosaico.

Ao construir um mosaico estão envolvidas idéias matemáticas e é possível perceber translações, reflexões e rotações. Essa percepção instiga a capacidade criadora.

4 – Bolhas de Sabão

Os participantes irão, através de um suporte com vários formatos, criar grandes filmes de sabão ou detergente.

Esta atividade permite demonstrar várias propriedades destes filmes como mudanças de cor, tensão superficial, estabilidade, etc. através das mudanças de cor pode-se medir a espessura do filme e prever quando o filme vai romper. Além disso, é possível estudar propriedades de figuras geométricas espaciais.

5 – Objetos Decorativos - ORIGAMI

Os participantes construirão objetos decorativos por meio de dobraduras (origami).

A construção de origami é uma atividade prazerosa que traz os seguintes benefícios: o desenvolvimento de capacidades mentais importantes como a organização, a ordem e a disciplina; o aprimoramento da coordenação motora fina; conhecimentos básicos de geometria e matemática, a partir da observação; a criatividade; o equilíbrio emocional e diminuição do estresse; a possibilidade de ocupar o tempo com um fazer relaxante e meditativo.

6 – Poliedros e Corpos Redondos

Os participantes irão construir objetos em forma de poliedros e corpos redondos usando materiais diversos como canudos de refrigerantes, barbante, palitos de churrasco e garrotes e modelos planejados feitos em diversos tipos de materiais.

As idéias matemáticas envolvidas na construção desses materiais são inúmeras, dentre elas estão a forma, a planicidade a dimensão e a convexidade.

4. Atividades Complementares de Ciências

A disciplina de Ciências propõe um estudo que pretende enriquecer e complementar o entendimento das múltiplas relações (geológicas, físicas, químicas, e biológicas) que ocorrem no ambiente.

As atividades complementares de Ciências pretendem investigar e pesquisar, através de ações desafiadoras, os conhecimentos científicos, abordando assuntos atuais, no contexto local, estadual, nacional, mundial e universal. A referida disciplina deve priorizar metodologias de pesquisa científica, de caráter investigativo e exploratório, oportunizando aos alunos situações concretas de aprendizagem, bem como discussões e questionamentos que suscitem uma reflexão mais apurada sobre as inovações no campo da Ciência e da realidade social, incluindo aspectos políticos, éticos, culturais, ambientais e econômicos.

Na Base Nacional Comum, a disciplina de Ciências tem como princípio o trabalho com questões desafiadoras, problematizadoras, investigativas e exploratórias. Neste sentido, esta disciplina se traduz em mais um momento de reflexão, discussão e ação acerca dos conteúdos de Ciências e dos temas emergenciais veiculados na mídia, ampliando discussões sobre questões contemporâneas, que possam contribuir para a constituição de saberes, conhecimentos, valores e práticas sociais essenciais ao exercício da cidadania.

Os encaminhamentos sugeridos para a disciplina em questão reforçam a postura do professor como mediador e pesquisador capaz de considerar o desenvolvimento cognitivo dos educandos, seus conhecimentos prévios, o contexto histórico atual, a realidade local, a diversidade cultural e os diferentes ritmos de aprendizagem.

Desta forma, o professor poderá, considerando os recursos didático-pedagógicos disponibilizados, desenvolver temáticas emergenciais da sociedade contemporânea,

numa abordagem que inter-relacione “Ciência, Tecnologia e Sociedade”, concebendo a ciência como um processo social, histórico e não dogmático.

Para tanto, será necessário utilizar diversas estratégias pedagógicas, tais como:

- observação;
- experimentação;
- construção de modelos;
- jogos de simulação e desempenho de papéis;
- projetos individuais e em grupos;
- redação de cartas para autoridades;
- palestrantes convidados;
- slides, fitas VHS, DVD's, CD's e CD-ROM's educativos;
- leitura de imagens, gravuras, gráficos, tabelas e esquemas.

Além dos recursos pedagógicos acima mencionados, o professor poderá encaminhar as atividades da disciplina de Ciências, através de fóruns, debates, seminários, conversação dirigida e entrevistas.

Outras atividades que estimulam os educandos ao trabalho coletivo são as que envolvem músicas, desenhos, poesias, livros de literatura, jogos didáticos, dramatizações, histórias em quadrinhos, painéis, murais, exposições e feiras, dentre outras.

Cabe ressaltar aqui, a importância dos registros que os educandos realizam no decorrer das atividades desenvolvidas, pois através destes, o professor poderá realizar uma intervenção pedagógica adequada, mediando dessa forma, o processo de ensino e aprendizagem.

Como se pode perceber, a referida disciplina pretende propiciar ao educando o entendimento dos fenômenos naturais e sócio-culturais e suas interações e transformações no ambiente. Para tanto, o professor deve fazer as intervenções, no sentido de possibilitar ao educando o desenvolvimento da criatividade, da consciência crítica, do trabalho em equipe e do respeito à diversidade.

JUSTIFICATIVA

As temáticas propostas têm a finalidade de contribuir para o enriquecimento dos conteúdos desenvolvidos nas atividades complementares de Ciências, através de atividades práticas, suscitando o envolvimento dos educandos em reflexões, discussões e ações que remetam a um olhar crítico sobre as questões emergenciais do mundo atual.

OBJETIVOS

- Considerar os princípios específicos (inter-relação, aplicabilidade, intencionalidade e provisoriedade) da disciplina de Ciências propostos no documento preliminar das Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental – Ciências do Estado do Paraná ao desenvolver atividades práticas.
- Construir o conhecimento por meio da pesquisa, da observação, da experimentação e da descoberta.
- Instigar a formação da consciência crítica dos educandos a partir da reflexão sobre a natureza e a sociedade, preocupando-se com a formação para a cidadania.

EMENTA

A água, o ar e o solo na nossa sociedade: implicações e uso racional; Comunidade, Ambiente e Seres vivos: suas dinâmicas e interações; Nós a química e a física: uma relação surpreendente.

CONTEÚDOS

- Poluição e contaminação da água, do ar e do solo nos diferentes ambientes.
- Consumo e desperdício dos recursos naturais.
- Água: seu ciclo na natureza e seus estados físicos.
- Solo: tipos, características básicas e principais diferenças.
- Erosão e assoreamento: causas e conseqüências.
- Cobertura vegetal e mata ciliar: importância e preservação.

- Controle biológico *versus* Agrotóxicos: saúde ou lucratividade?
- Uso do solo: sua manutenção com técnicas responsáveis.
- Cadeia e teia alimentar: relações de interdependência.
- Problemas ambientais: causas e efeitos.
- Consumismo e produção de lixo.
- Ecossistemas regionais e locais: biodiversidade.
- Características gerais dos seres vivos: “Você é um ser vivo?”
- Diversidade dos seres vivos: classificação e critérios.
- Organização dos seres vivos: seus níveis.
- Sistemas do corpo humano: aspectos morfo-fisiológicos e suas relações de interdependência.
- A minha, a sua e a nossa saúde: uma atitude responsável.
- O corpo humano e os fenômenos físicos e químicos.
- Química no cotidiano: nos alimentos, na cozinha, na mídia.
- O código de defesa do consumidor e os órgãos fiscalizadores: nossos deveres e direitos.
- Biotecnologia e implicações sociais.
- Química e Agricultura: relações de interesses.
- Os seres vivos e os fenômenos químicos: fermentação e decomposição.
- Física no cotidiano: na cozinha, nas indústrias, no trânsito, na mídia.
- Energia e suas fontes: no ambiente, na química, na física, nos seres vivos.

5. Atividades Complementares de Educação Artística

Uma proposta de arte direcionada para o educando em privação de liberdade deve contemplar também um exercício de integração social, na medida em que o mesmo tem a possibilidade de estabelecer contato com a sociedade através de sua arte. Portanto, o trabalho com artes deve sustentar não somente o fazer, o conhecer e o exprimir artísticos - conceitos tradicionalmente utilizados em arte - como também garantir uma forma de comunicação entre a produção do educando e a sociedade em geral.

A arte possibilita o desenvolvimento de valores fundamentais aos educandos em privação de liberdade, tais como:

1) o trabalho em grupo - portanto a socialização - e a partir daí, o estabelecimento de regras e limites a serem seguidos pelos educandos;

2) a reflexão e a disciplina, que são próprias do fazer artístico, visto que durante o processo de produção os resultados são avaliados e analisados constantemente;

3) a sensibilização, e portanto a “educação dos sentidos”, através da apreciação e identificação das linguagens artísticas (música, artes visuais, dança e teatro);

4) a comunicação e expressão de conteúdos pessoais e que identificam o grupo, através da prática do uso das técnicas e da criação artísticas, utilizando a linguagem própria do teatro, da música, da dança e das artes visuais.

A arte deve ser apresentada como área de conhecimento, mas também como uma possibilidade de interpretação, reflexão e ressignificação da realidade humana. Para esse fim, através das oficinas e a todo momento, o professor deve proporcionar a apreciação e identificação do produto artístico, assim como a sua prática (o domínio da técnica) e a criação artística (onde o educando irá representar e comunicar sua visão de mundo dentro da linguagem que está sendo proposta na oficina – teatro, dança, música e/ou artes visuais). Assim sendo, as oficinas de arte devem ser adequadas ao contexto do educando, possibilitando tanto o desenvolvimento das habilidades específicas em arte, como a aquisição de valores fundamentais para o bom convívio social.

A ARTE COMO MEIO DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

As necessidades sócio-educativas para adolescentes assistidos pela lei devem levar em conta uma proposta de integração entre o educando e a sociedade. A divulgação dos trabalhos desenvolvidos nas oficinas, através de exposições e apresentações, é

fundamental. Parcerias com instituições de ensino e pesquisa (escolas de artes, conservatórios, faculdades e universidades), podem viabilizar exposições nas próprias instituições, além daquelas realizadas nas Unidades Sócio-Educativas e, se possível, com a presença de seus autores. Profissionais e artistas que atuam no mercado de trabalho podem também interagir e dialogar com os educandos e professores, mediante cursos, palestras, workshops, etc, realizados no próprio.

Os cursos de capacitação e atualização dos professores realizados com artistas e profissionais que atuam no mercado de trabalho é fundamental para que se possa estabelecer o diálogo das oficinas desenvolvidas nas Unidades Sócio-Educativas com a sociedade, na medida em que o professor será o mediador desse processo. Havendo a possibilidade, as apresentações e exposições abertas ao público são importantes para que o educando possa perceber a dimensão e o alcance de sua arte e assim, com esse estímulo, ratificar os valores com ela apreendidos. Portanto, deve-se ter o cuidado para que as apresentações de teatro, dança e música - fruto do trabalho realizado com os educandos nas oficinas de arte – não se restrinjam somente ao público das Unidades Sócio-Educativas, mas que sejam abertas ao público em geral e, se possível, realizadas também em espaços alternativos. Os trabalhos resultantes das oficinas de artes visuais – como por exemplo, história em quadrinhos, charges, cartoons, etc - podem ser publicados em jornais e/ou revistas de circulação local, ou restrita à alguma entidade cultural ou de ensino, mediante parcerias com as próprias instituições. As esculturas resultantes da modelagem em argila podem ser expostas e até comercializadas com a renda revertida para o benefício dos próprios educandos.

METODOLOGIA

O encaminhamento metodológico adotado deve alternar basicamente momentos de:

- 1) apreciação e identificação de diversos produtos artísticos (gêneros e estilos) ligados ao conteúdo que está sendo desenvolvido na oficina;
- 2) prática artística, ou seja, o “fazer artístico”, aprendendo e utilizando-se das técnicas próprias de cada linguagem;
- 3) criação, ou seja, a possibilidade dada ao educando de expressar e comunicar seus conteúdos pessoais, sua visão de mundo, utilizando-se para isso da linguagem artística.

SUGESTÕES DE CONTEÚDOS

TEATRO

O trabalho com teatro deverá envolver o contexto dos educandos e de dramaturgia, buscando sempre a identificação da arte com o seu dia-a-dia. Visto que o teatro expõe o educando de maneira total - pois a comunicação se dá através do corpo, da fala e do gesto - a possibilidade de expressão é muito grande, onde outras linguagens artísticas podem ser integradas (artes visuais, música e dança).

Em teatro, teremos como objetivo a montagem de textos teatrais de autores brasileiros e/ou elaborados pelos próprios alunos. Em sendo assim, os conteúdos abordados serão:

- Expressão corporal
- Mímica
- Jogos cênicos
- Construção e criação de personagens
- Leituras dramáticas
- Sonoplastia
- Iluminação
- Cenografia

DANÇA

Atualmente, a identificação dos adolescentes com a chamada “dança de rua” ou “street dance”, é muito grande. Esse pode ser um bom estímulo para se trabalhar expressão corporal, o movimento, o condicionamento físico, etc, ou seja, os conteúdos tradicionais da linguagem. Outras danças populares podem ser trabalhadas durante as oficinas, em acordo com o grupo de trabalho.

ARTES VISUAIS

Em artes visuais, procuramos contemplar o desenho, a pintura e a escultura, em função, não somente dos materiais de baixo custo e de fácil aquisição, mas também da possibilidade de se montar exposições, buscar publicações e interação com outras linguagens, como por exemplo o teatro (montagem teatral/cenografia). Dentro disso, alguns conteúdos tornam-se interessantes:

- história em quadrinhos (criação de tiras);

- comics;
- story board;
- cartoons;
- charges;
- escultura;
- técnicas de desenho com diversos materiais;
- modelagem com argila, para composição de peças para decoração e utilitários (preparação do material e técnicas);
- desenho e produção de peças para bijuterias em argila;
- tecidos, tramas e tapeçaria.

Materiais

- lápis grafite, coloridos e aquarelados;
- crayon oleoso e seco;
- borrachas;
- papéis de diversos tamanhos e tipos;
- mesas inclinadas para desenho;
- carvão vegetal;
- hidrocores;
- pincéis;
- canetas hidrocor;
- pincéis atômicos;
- teares;
- fornos de queima das peças de argila;
- torno para modelagem de peças em argila;
- argilas (brancas, vermelhas);
- tintas, pigmentos e vernizes para peças em cerâmica;
- lãs e linhas.

MÚSICA

O trabalho com música, quando em grupo, desenvolve a noção de limite, de concentração, de apuro técnico e parceria. Em função disso, as oficinas de música devem contemplar a prática de conjunto, envolvendo principalmente o canto e a percussão – esta, inclusive, podendo ser feita de materiais recicláveis. Havendo a possibilidade, a

aprendizagem de instrumentos harmônicos e melódicos (como o violão e a flauta doce) – além da percussão e do canto – pode ser uma opção enriquecedora quando da formação de grupos musicais nas oficinas e também para as apresentações musicais associadas ou não à outras linguagens artísticas (teatro e dança).

A educação pela arte deve ter por objetivo o desenvolvimento da sensibilidade e da criatividade dos sócio-educandos, possibilitando-lhes expressar seu mundo interno por meio da objetivação de sua subjetividade. É importante ter presente que arte educa enquanto arte e, não, enquanto arte educativa. Isto implica que as atividades artísticas devem ser capazes de balancear corretamente a necessária disciplina com o grau de liberdade requerido, o mais pleno possível, da liberdade criativa.

A disciplina de Educação Artística será trabalhada nas Unidades Sócio-Educativas propondo:

- realização de produções artísticas, individuais e/ou coletivas, nas linguagens da arte (música, artes visuais, dança, teatro, artes audiovisuais);
- registro das experiências e expressões;
- interpretação da realidade e transformação, segundo respectivas necessidades;
- a compreensão da diversidade histórico-cultural;
- o desenvolvimento de modos interessantes, imaginativos e criadores de fazer e de pensar sobre a arte, exercitando modos de expressão e comunicação;
- a apreciação de produtos de arte, em suas várias linguagens, com desenvolvimento tanto da fruição quanto da análise estética, conhecendo, analisando, refletindo e compreendendo critérios culturalmente construídos e embasados em conhecimentos afins, de caráter filosófico, histórico, sociológico, antropológico, psicológico, semiótico, científico e tecnológico, dentre outros;

Caberá aos professores criar atividades para estimular o percurso criador de cada aluno em particular e do grupo, seguindo os níveis de competência e as necessidades internas e externas de cada momento singular desse processo.

JUSTIFICATIVA

A disciplina de Educação Artística não tem o propósito de formar músicos, artistas plásticos, atores ou bailarinos, muito menos destacar os alunos talentosos em detrimento dos demais. Ensinar arte também não consiste em apresentar certos elementos da linguagem visual, musical ou cênica e relacionar características artísticas com seus respectivos autores ou conhecer uma história da arte dita universal.

O objetivo da Arte na escola é favorecer a apropriação do conhecimento estético pelos alunos, e a partir deste conhecimento, contribuir para a construção da autonomia do indivíduo no contínuo e complexo processo de estar no mundo.

Com isso, a Educação Artística, enquanto disciplina escolar, possibilita o estudo da Arte como campo de conhecimento, constituído de saberes específicos, envolvendo as manifestações culturais – locais, nacionais e globais – o contexto histórico-social e o repertório de conhecimento do aluno. Assim sendo, as práticas educativas da disciplina assumem um compromisso com a diversidade cultural, reconhecendo-a como patrimônio da humanidade.

OBJETIVOS

- Aproximar e familiarizar o aluno com o universo artístico, propiciando a compreensão dos processos de criação e execução dos objetos artísticos.
- Propor práticas artísticas de acordo com a Linguagem de formação do professor, articulando interfaces com as demais Linguagens artísticas.
- Oportunizar momentos de reflexão/re-significação das manifestações culturais estudadas, bem como das realidades que as geraram.
- Propiciar ao aluno a experiência nas Linguagens artísticas, a partir de seus elementos estéticos .

EMENTA

A deve estar apoiada nos pressupostos da Arte como produção cultural e da Arte como linguagem das Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental do Estado do Paraná / Educação Artística. A apresentação dos elementos estéticos específicos de cada linguagem, tem o propósito de orientar os professores no planejamento dos conteúdos.

- de Artes Visuais: linhas, cores, volume;
- de Música: ritmo, harmonia, melodia;

- de Teatro: personagens, espaço cênico, enredo;
- de Dança: tempo, espaço, fluência, força.

CONTEÚDOS

- Produção Artística e processos de criação das 4 Linguagens (Artes Visuais, Música, Teatro e Dança);
- Elementos estéticos das Linguagens Artísticas;
- Manifestações Culturais presentes na comunidade e na região, além das historicamente produzidas.

ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

As Atividades Complementares de Educação Artística deverão ser encaminhadas através de oficinas de cunho pedagógico que permitam ao aluno ultrapassar a exploração da sensibilidade e/ou da técnica, mas que a partir disso possa compreender a Disciplina como uma oportunidade de se desenvolver leituras artísticas de diferentes culturas.

6. Atividades Complementares de Língua Estrangeira Moderna - Inglês

A Resolução CEB n.2, de 7 de abril de 1998, que instituiu as DCN para o Ensino Fundamental, explicita os princípios norteadores das ações pedagógicas, do processo de aprendizagem e do paradigma curricular que deverá estabelecer relações entre a educação fundamental e a vida cidadã. É importante notar que esta baliza se coaduna com o art. 32 da LDB que apregoa ser o Ensino Fundamental voltado para a formação básica do cidadão.

Neste sentido, a língua estrangeira moderna revela-se um espaço curricular privilegiado para o tratamento de questões de cidadania. Ela propicia reflexões sobre a relação entre língua e sociedade e, conseqüentemente, sobre as motivações subjacentes às escolhas lingüísticas em situações de comunicação (oral e escrita). Trata-se de abordar o uso de LEM como espaço de construção de significados dependentes da situação de uso, dos propósitos dos interlocutores e dos recursos lingüísticos de que

dispõem. Isto significa, dentre outras coisas, pensar que o falante/escritor tem papel ativo na construção do significado da interação, assim como seu interlocutor.

A LEM também pode ser propiciadora da construção das identidades dos alunos como cidadãos ao oportunizar o desenvolvimento da consciência sobre o papel exercido pelas línguas estrangeiras na sociedade brasileira e no panorama internacional, favorecendo ligações entre a comunidade local e planetária (Res. CEB n. 2, Art. III, inciso V).

Embora a aprendizagem de LEM também possa servir como meio para progressão no trabalho e estudos posteriores, como ressalta a LDB³, ela pode ser vista como constituinte das identidades dos alunos como agentes críticos e transformadores, o que implica na superação da visão da língua apenas como meio para se atingir fins comunicativos. A concepção de língua estrangeira exclusivamente como instrumento de comunicação restringe suas possibilidades como experiência de identificação social e cultural, ao postular os significados como externos aos indivíduos.

Além disso, é importante observar que, sendo a cidadania constituída de atitudes, sentimentos, e predisposições para o agir, a aprendizagem sobre vida cidadã acontece a todo momento, no interior da escola e da sala de aula, através de práticas de participação, ou seja, um ensino que não esteja centrado no professor. A aula de língua estrangeira pode ser um espaço para desenvolvimento de atitudes cidadãs quando inclui, por exemplo, tarefas que envolvem colaboração, temas controversos que requerem diferentes pontos de vista, avaliação crítica das diversas fontes de informação, participação ativa dos alunos na interpretação de textos, na exploração de modos alternativos de se resolver problemas, dentre outros.

Considerando que a compreensão do que seja cidadania não se dá apenas na discussão sobre tópicos polêmicos ou de interesse atual (embora estes possam contribuir), mas também nas práticas de sala de aula, é fundamental que o educando tenha possibilidade de participar de procedimentos de negociação de elementos diversos do processo ensino-aprendizagem (relacionados a tarefas, metodologias adotadas, avaliação, conteúdos programáticos), dependendo da análise da cultura escolar, i.e. das práticas rotineiras instituídas pela comunidade escolar. Desta forma, o educando e o educador estariam *vivenciando* práticas cidadãs e não somente estudando-as.

JUSTIFICATIVA

A língua pode ser vista como uma estrutura que faz intermediação entre o indivíduo e o mundo, ou seja, o agir e o interagir no mundo seriam possibilitados pelas estruturas da língua; ela seria um elemento de ligação entre os dois. Tal concepção percebe a língua como exterior ao mundo e ao indivíduo, e os significados como sendo produzidos exteriormente tanto ao mundo quanto ao indivíduo: tal exterioridade promove uma dissociação entre língua e significação, entre língua e subjetividade, entre língua e construção de identidades.

As sociedades contemporâneas não podem sobreviver isoladas: é fundamental que se relacionem, atravessem fronteiras geopolíticas e culturais, comuniquem-se e entendam-se mutuamente.

O aprendizado de uma LEM pode proporcionar consciência sobre o que seja língua e suas potencialidades na interação humana. Neste sentido, a comparação entre os procedimentos de construção de significados na língua materna e na LEM permite o alargamento de horizontes e a expansão das capacidades interpretativas e cognitivas dos educandos. Para isto é necessário chamar a atenção para o modo como as possibilidades lingüísticas definem os significados construídos nas interações sociais.

Ao utilizar uma LEM na interação com outras culturas, os alunos podem ser levados a refletir sobre a língua como um artefato cultural, como um produto que constrói e é construído por determinada(s) comunidade(s) que reagem a determinados acontecimentos com base em histórias e contextos específicos. Podem igualmente reconhecer as implicações da diversidade cultural construída lingüisticamente em diferentes línguas, culturas e modos de pensar, compreendendo que os significados são social e historicamente construídos e passíveis de transformação. Deste modo, os educandos têm a possibilidade de constatar e celebrar a diversidade cultural sem perder suas identidades, embora elas sejam produtivamente transformadas por tal contato.

OBJETIVOS

Deve-se estabelecer os objetivos alcançáveis e passíveis de avaliação. Exemplos de objetivos específicos são:

- *Compreender de modo abrangente, textos jornalísticos adequados para os adolescentes*
- *Identificar as relações entre estrangeirismos e a língua portuguesa*

Tais objetivos são suficientemente flexíveis para contemplar as diferenças regionais, mas ainda assim específicos o bastante para apontar um norte e permitir um direcionamento comum. Assim, espera-se que o educando:

1. tenha podido experimentar, na aula de LEM, formas de participação que lhe possibilitem estabelecer relações entre ações individuais e coletivas;
2. seja capaz de usar a língua em situações de comunicação oral e escrita;
3. compreenda que os significados são sociais e historicamente construídos e, portanto, passíveis de transformação na prática social;
4. tenha maior consciência sobre o papel das línguas na sociedade;
5. reconheça e compreenda a diversidade lingüística e cultural, constatando seus benefícios para o desenvolvimento cultural do país.

Por se tratar de uma etapa inicial de aprendizagem de LEM, estes objetivos, com foco no desenvolvimento da consciência lingüística e cultural, exigirão o uso da língua materna para sua realização. Embora isto possa diminuir a exposição do educando à LEM, ao atingir os objetivos ele poderá desenvolver atitudes que resultam de melhor compreensão do papel das línguas na sociedade, um objetivo legítimo para essa aprendizagem.

EMENTA

Visão de língua em contexto, língua como espaço de construção e não apenas transmissão de sentidos. Isto não significa excluir a gramática. As formas lingüísticas serão tratadas de modo contextualizado.

CONTEÚDOS

Recomenda-se que seja ofertada aos educandos oportunidade para participar ativamente neste processo, uma vez que um dos objetivos é justamente possibilitar a vivência de formas de participação que permitam o estabelecimento de relações entre ações individuais e coletivas. Por meio desta experiência os educandos poderão compreender a vinculação entre auto-interesse e interesses do grupo. Além disto, esta iniciativa poderá levar a escolhas de conteúdos mais significativos porque resultantes da participação dos educandos.

METODOLOGIA

Novamente as questões de ordem estrutural terão influência sobre as escolhas de atividades (número de alunos em sala, tempo e materiais disponíveis, ambiente físico). Conforme salientamos, é preciso, em qualquer caso, que essas escolhas estejam coerentes com os princípios e objetivos gerais delineados. Neste sentido, é necessário levar em conta que o educando é parte integrante do processo e deve ser considerado como agente ativo da aprendizagem. Esta colocação remete à visão de que o ensino não é transmissão de conhecimentos e que a aprendizagem acontece nas interações sociais. De acordo com esta perspectiva, os educandos poderão ser envolvidos em tarefas diversificadas que exijam negociação de significados. Ocasionalmente poderá ser privilegiada uma ou mais das habilidades lingüísticas (ler, falar, ouvir, escrever), embora estejam todas integradas na concepção de língua aqui adotada.

É preciso levar em conta também que as escolhas metodológicas dependem do perfil dos educandos e dos professores, cuja formação fornece os contornos de suas possibilidades de atuação.

Os recursos de apoio didático não se restringem a livros. O ensino de LEM pode se beneficiar da disponibilidade de outros tipos de recursos como dicionários, livros paradidáticos, vídeos, fitas de áudio, CD-ROMs, Internet etc. Sua utilização depende da infra-estrutura disponível nas Unidades Sócio-Educativas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVICH, Fanny (Org.) **O Mito da Infância Feliz: antologia**. São Paulo: Summus, 1983.

AGUIAR, Vera Teixeira de. *Leitura em crise na escola: alternativas do professor*. (org.) Regina Zilberman, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1998.

ALVES, R. **Filosofia da ciência: introdução ao jogo e a suas regras**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

AMARAL, I. A. **Currículo de Ciências: das tendências clássicas aos movimentos atuais de renovação** in BARRETO, Elba Siqueira de Sá. Os Currículos do Ensino Fundamental para as Escolas brasileiras. Coleção Formação de Professores. São Paulo: Editora Autores Associados, 1998. P. 201-232.

ARIES, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

BASSANEZI, R. C. **Ensino-Aprendizagem com modelagem matemática**. São Paulo: Contexto, 2002.

BAKHTIN, Mikhail M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BAKHTIN, Mikhail M. (VOLOSHINOV, V. N.). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da ciência da linguagem*. 8.ed. Tradução: Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1995. BAKHTIN, Mikhail. *Questões de leitura e de estética: a teoria do romance*. São Paulo: Hucitec/Unesp, 1988.

BAMBERGER, Richard. **Como incentivar o hábito da leitura**. São Paulo: Ática, 1988.

BARBOSA, R. M. **Descobrendo padrões em mosaicos**. São Paulo: Atual, 1993.

BICUDO, M. A. V. & BORBA, M. C. (org.). **Educação matemática: pesquisa em movimento**. São Paulo: Cortez, 2004.

BICUDO, M. A. V. (org.). **Filosofia da educação matemática: concepções e movimento**. Brasília: Plano Editora, 2003.

BICUDO, M. A. V. (org.). **Pesquisa em educação matemática: concepções e perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1999 (Seminários & Debates)

BIEMBENGUT, M. S. & HEIN, N. **Modelagem matemática no ensino**. São Paulo: Contexto, 2000.

BOYER, C. B. **História da matemática**. Tradução: Elza F. Gomide. São Paulo: Edgard Blücher, 1974.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 3º ed., São Paulo: Cultrix, 1987.

BOURDIEU, P.(1996). **A Economia das Trocas Lingüísticas**. São Paulo: EDUSP, p.54.

BRASIL. Resolução CEB n.º 2, de 7 de abril de 1998. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.

BRASIL. Secretaria de Ensino Fundamental/MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais – língua estrangeira**. Brasília, 1998.

BRENELLI, R. P. **O jogo como espaço para pensar: a construção de noções lógicas e aritméticas**. Campinas, São Paulo: Papirus. 1996.

CÂNDIDO, S. **Formas num mundo de formas**. São Paulo.

CARVALHO, Bárbara Vasconcelos de. **A Literatura Infantil: visão histórica e crítica**. São Paulo: Global, 1984.

CEDES. **História e educação matemática**. Centro de Estudos e Sociedade. n.º 40. São Paulo: Papirus, 1996.

CELANI, M. A. A As línguas estrangeiras e a ideologia subjacente à organização dos currículos da escola pública. **Claritas**. dezembro 1994.

CHASSOT, A. OLIVEIRA, R. J. (Org.) **Ciência, ética e cultura na educação**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1998.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1999.

CORREA, R. A. “Por dentro da bola”: reflexões sobre a prática pedagógica do professor de matemática. **Educação matemática em revista**. n.º 11/12. Ano 8. p. 34-14.

CORTELLA, M. S. **A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001. (Coleção Prospectiva; 5).

COSTA, Antonio Gomes da. **Pedagogia da Presença; da Solidão ao Encontro**. Belo Horizonte, MG. Modus Faciendi, 1997.

CUNHA, Maria Antonieta Antunes. **Literatura Infantil. Teoria e Prática**. São Paulo: Ática, 1995.

Currículo Nacional de Educação Física.

D’AMBROSIO, Beatriz. **Como ensinar matemática hoje?. Temas e Debates**. Sociedade Brasileira de Educação Matemática. Ano II, nº 2, 1989. p. 15-19.

D’AMBROSIO, U. **Da realidade à ação: reflexões sobre Educação (e) Matemática**. São Paulo, Campinas: Summus, Unicamp, 1986.

D’AMBROSIO, U. **Educação Matemática: da teoria à prática**. 2.^a ed. Campinas: Papirus, 1997.

DANTE, Luiz Roberto. **Didática da resolução de problemas de matemática**. São Paulo: Ática, 2002.

Deliberação n.º 08/00-Conselho Estadual de Educação.

DELIZOICOV, ANGOTTI & PERNAMBUCO. **Ensino de Ciências: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2002.

DIONISIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Raquel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. **Gêneros textuais e ensino**. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos no Estado do Paraná.

Diretrizes Curriculares Estaduais para o Ensino Fundamental – Educação Artística.

EISNER, Will. **Quadrinhos e Arte seqüencial**. Ed. Martins Fontes.

ESTEBAN, Maria Tereza (org.). **Avaliação: uma prática de novos sentidos**. - 4.^a ed. - Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FAINGUELERNT, E. K. **Educação matemática: representação e construção em geometria**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

FARACO, C.A. *Concepções da linguagem e ensino de português*. Escola, Aberta, Curitiba, 1988.

FIORENTINI, D. & MIORIM, M. A.(org.) **Por trás da porta, que matemática acontece?** Campinas, SP: Graf. FE/Unicamp – Cempem, 2001.

FIORENTINI, D.. Alguns modos de ver e conceber o ensino da matemática no Brasil. São Paulo: UNICAMP. **Revista Zetetiké**. Ano 3, nº 4. 1995. p. 1-37.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996. p.50.

FOCAUT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. 24ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

FONSECA, M. C. F. R. (org.) **Letramento no Brasil: habilidades matemática**. São Paulo: Global: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Instituto Paulo Montenegro, 2004.

FONSECA, M. C. F. R. O caráter evocativo da matemática e suas possibilidades educativas. **Zetetikè – CEMPEM – FE/UNICAMP** - v. 7 – n.º 11, - jan./jun. de 1999. p. 51-65.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido: saberes necessários à prática educativa**. 30.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**.

GERALDI, C. M. G.; FIORENTINI, D.; PEREIRA, E. M. (Orgs). **Cartografias do Trabalho Docente: professor(a) – pesquisador(a)**. Campinas: ALB e Mercado das Letras, 1998.

GIMENEZ, T. **Currículo de língua estrangeira: revisitando fins educacionais**. Anais do XI EPLE, 2003.

GONÇALO JR. **A Guerra dos Gibis**. Ed. Companhia das Letras.

HAZEN, R. M. e TREFIL, J. **Saber ciência – do big bang à engenharia genética, as bases para entender o mundo atual e o que virá depois**. São Paulo – S.P.: Cultura Editores Associados, 1995.

JORDÃO, Clarissa Menezes. **A língua estrangeira na formação do indivíduo**. Curitiba, Mimeo. 2004.

KNIJNIK, G., WANDERER, F., OLIVEIRA, C. J. (org.). **Etnomatemática, currículo e formação de professores**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

KÖCHE José Carlos. **Fundamentos de Metodologia Científica: teoria da ciência e prática da pesquisa**. Petrópolis, RJ: Vozes. 1997. p. 23-39.

LEFFA, V. **O ensino de línguas estrangeiras no contexto nacional.** Contexturas, APLIESP, n. 4, p. 13-24, 1999. Disponível em: <http://www.leffa.pro.br/oensle.htm>

LEFF, E. **A complexidade ambiental.** Editora Cortez.

LAJOLO, Marisa. **Uso e abusos da literatura na escola. Bilac e a literatura escolar na República Velha.** Rio de Janeiro: Globo, 1982.

LARROSA, J. **Pedagogia profana: danças, piruetas e mascaradas.** Trad. Alfredo Veiga-Neto. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – n.º 9394/96.

LELLIS, M. & IMENES, L. M. O currículo tradicional e a educação matemática. **Educação matemática em revista**. n.º 2, 1994. p. 5-12.

LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática.** Trad. Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

LOPES, Luiz Paulo M. **A nova ordem mundial, os parâmetros curriculares nacionais e o ensino de inglês no Brasil: a base intelectual para uma ação política.** In: BARBARA & RAMOS (orgs) Reflexão e ações no ensino-aprendizagem de línguas. Campinas, Mercado de Letras, 2003.

MACHADO, N. J. et. al. (Orgs). **Jogos no ensino de matemática.** São Paulo: FE/USP, 1990. (Cadernos de prática de ensino, série matemática, n. 1).

MACHADO, N. J. **Matemática e língua materna.** São Paulo: Cortez, 1990.

MACHADO, N. J. **Poliedros de Platão e os dedos da mão.** São Paulo: Scipione, 1995. (Coleção vivendo a matemática).

MACHADO, S. D. A. et al. **Educação matemática: uma introdução.** São Paulo: EDUC, 1999.

MACHADO, Sílvia Alcântara (Org.). **Aprendizagem em Matemática: registros de representação semiótica.** Machado (Org.). Campinas, São Paulo: Papyrus, 2003.

MARCONDES, Beatriz e outros. **Como usar outras linguagens na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 2000.

MARTINS, M. P. **A avaliação das aprendizagens em matemática - concepção dos professores.** Associação de professores de Matemática (APM). Lisboa, 1996. (Coleção Teses).

MC CLOUD, Scott. **Desvendando os Quadrinhos.** Ed. Macron Books.

MEIRELES, Cecília. **Problemas da Literatura Infantil.** São Paulo: Summus, 1986.

- Metodologia do Ensino de Educação Física** Coletivo de Autores. Ed. Cortez. São Paulo. 1992.
- MORAIS, R. (1995). **Ciências para Séries Iniciais e alfabetização**. 3ª ed. Porto Alegre: Sagra / Luzzatto, 1998.
- MOREIRA, A. F. , SILVA, T.T. (orgs) **Currículo, cultura e sociedade**. 6ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- MOURA, M. O. **A formação do profissional de educação matemática**. Temas & Debates. p. 16-26.
- NCTM. National Council if Teacher of Mathematics. **Curriculum and evaluation Standards for School Mathematics**. 3.ª ed. Trad. Eduardo Veloso e outros. Portugal: Associação dos Professores de Matemática e Instituto de Inovação Educacional, 1991.
- NETO, L. P. X.; JEANE, R. A . **Saiba mais sobre Educação Física**. Ed. Âmbito Cultural. São Paulo. 2005.
- NUNES, T. & BRYANT, P. **Crianças fazendo matemática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**, Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990
- PARANÁ (Estado). Secretaria de Estado da Educação e da Cultura. **Currículo Básico da Escola Pública do Paraná**. Curitiba, 1990.
- Parecer CNE/CEB 11/2000 e Resolução CNE/CEB n.º 01/00, que estabelecem as **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos**.
- PAIVA, V.L.M.O. **O lugar da leitura na aula de língua estrangeira**. Disponível em <www.veramenezes.com> Acesso em: 22 de abril de 2004.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Ensino de Primeiro Grau. **Alfabetização & conteúdos de ensino**. Curitiba, 1992, 133 p. (Cadernos do Ensino Fundamental, 3).
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Ensino de Primeiro Grau. **Lições de Professor**. Curitiba, 1993, 243 p. (Cadernos do Ensino Fundamental, 5).
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Ensino de Primeiro Grau. Curitiba, 1994, 100 p. (Cadernos do Ensino Fundamental, 12).
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Ensino de Primeiro Grau. **Currículo Básico para a Escola Pública do Estado do Paraná**. 2.ª ed. Curitiba, 1992.
- PARRA, Cecília e SAIZ, Irma (Org.). **Didática da Matemática: reflexões psicopedagógicas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

PAVANELLO, R. M. **O abandono do ensino de geometria no Brasil: causas e conseqüências.** Zetetiké. n.º 7. Ano I. n.º 1, 1993.

PERROTI, Edmir. **O texto sedutor na Literatura Infantil.** São Paulo: Ícone, 1986.

PORTO, Márcia Flávia. **Porque os professores trabalham as histórias clássicas e infantis, dentro de uma perspectiva pedagógica?** Monografia - UFPR - 1994.

POZO, J. I. (org). **A solução de problemas nas Ciências da natureza.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

PROENÇA FILHO, Dominício. **A linguagem literária.** São Paulo: Ática, 1990.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Por uma lingüística crítica: linguagem, identidade e a questão ética.** São Paulo: Parábola, 2003.

REIGOTA, M. et al. **Verde cotidiano: meio ambiente em discussão.** Rio de Janeiro: DP&A editora, 2001.

ROCHA, Iara Cristina Bazan da. **Ensino de Matemática: Formação para a Exclusão ou para a Cidadania?** Educação Matemática em Revista. Sociedade Brasileira de Educação Matemática. n.º 9/10. Abril 2001. São Paulo. p. 22-31.

RODRIGUES, Neidson. **Por uma nova escola: o transitório e o permanente na educação.** São Paulo: Cortez, 1987.

SANTOS, W. L. P. dos e SCHNETZLER, R. P. **Educação em Química: compromisso com a cidadania.** 3 ed. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2003.

SEVERINO, A. J. **Filosofia da educação: Construindo a cidadania.** São Paulo: FTD, 1994.

SILVA, T.T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo.** 2ª. Ed, Belo Horizonte, Autêntica, 2001, p. 111-116. 145-150.

SKOVSMOSE, O. **Educação matemática crítica.** Campinas, SP: Papirus, 2001.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA. **Estatuto da Sociedade Brasileira de Educação Matemática.** Disponível em: <<http://www.sbem.com.br/SBEM%20-DNE/DOCUMENTOS/estatuto.htm>> Acesso em 29 dez. 2004.

STELLA, Carlos Dalla. **Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina. Literatura Brasileira** - SEED. Santa Catarina: 1990.

UNICEF - Fundo das Nações para a Infância. **A Implementação das Medidas Sócio-Educativas.** Documento elaborado no Fórum Nacional Permanente de Organizações não governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescentes. Brasília, 1995.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo, 1989.

YOUNG, M.F.D. **Mudança curricular: limites e possibilidades**. In: YOUNG, MF.D. O currículo do futuro. Campinas: Papirus, 2000, p. 41-56.

WEISSMANN, H. (Org). **Didática das Ciências Naturais: contribuições e reflexões**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

WHEELER, D. **Imagem e Pensamento Geométrico**. In: CIEAEM. *Compte-Rendus de 1a 33e Reencontre Internationale*, p. 351-53, Pallanza, 1981.

ZANDWAIS, A . **Estratégias de leitura**. Porto Alegre: Sagra, 1990.

ZILBERMAN, Regina. **A Literatura Infantil na Escola**. Porto Alegre: Global 1987.